

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Camila de Souza Dorneles

LIVROS INFANTIS E A CENSURA DE 1964 A 1985 NO BRASIL:
raridade das enunciações

Porto Alegre

2018

Camila de Souza Dorneles

LIVROS INFANTIS E A CENSURA DE 1964 A 1985 NO BRASIL:

raridade das enunciações

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima

Porto Alegre

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice Reitora: Prof. Dra. Jane Fraga Tutikian

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Profa. Dra. Karla Maria Müller

Vice Diretor: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Gerência Administrativa: Maria Berenice Lopes

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Jeniffer Alves Cuty

Chefe substituta: Profa. Dra. Eliane Lourdes da Silva Moro

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Dra. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

Coordenador-Substituto: Prof. Dr. Rene Faustino Gabriel Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D713l Dorneles, Camila de Souza.

Livros infantis e a censura de 1964 a 1985 no Brasil: raridade das enunciações / Camila de Souza Dorneles. – 2018.

74 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Censura. 2. Livros infantis. 3. Ditadura Militar. I. Lima, Marcia Tavares de Figueredo. II. Título.

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Fabico

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705 – Bairro Santana

CEP: 90035-007 – Porto Alegre/RS

Telefone: (051) 3308.5435

Email: fabico@ufrgs.br

Camila de Souza Dorneles

LIVROS INFANTIS E A CENSURA DE 1964 A 1985 NO BRASIL:
raridade das enunciações

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado pela Banca Examinadora em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima – UFRGS
Orientadora

Prof^ª. Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS
Examinadora

Prof^ª. Me. Martha Kling Bonotto – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

As minhas amigas de todas as manhãs!

Aos meus pais por sempre me apoiarem!

Aos professores que me ensinaram o que sei!

Aos bibliotecários que encontrei pelo caminho e que reforçaram meu aprendizado!

A minha super professora-orientadora e as professoras que foram banca, eu sabia que vocês não me decepcionariam!

Aos amigos de todos os lugares que me incentivaram, se alegraram e tiveram paciência!

A todas as pessoas que conheci desde que comecei essa jornada e que torcem por mim!

A Deus, por me colocar aqui...

Meus mais sinceros agradecimentos!

“Nós, como indivíduos dedicados à leitura e como bibliotecários e editores responsáveis pela disseminação de idéias, queremos afirmar o interesse público na preservação da liberdade de leitura”.

The Freedom to Read Statement

RESUMO

Aborda a censura a livros infantis no período da Ditadura Militar Brasileira. Pesquisa bibliográfica que investiga a existência de estudos que tratam sobre censura à literatura infantil no período mencionado. Averigua se livros ou histórias infantis da literatura brasileira foram censuradas. Apresenta caso de Ana Maria Machado sobre sua experiência com o assunto estudado. Realiza pesquisas nas bases Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SciELO), LUME, Library and Information Science Abstracts (LISA) e Arquivo Nacional. Verifica que existem diversos estudos sobre o assunto com foco em músicas, filmes, teatro, o profissional bibliotecário, livros adultos, em diversos países da América Latina, mas não apresenta o mesmo volume de estudos sobre a censura em livros infantis na Ditadura Militar do Brasil. Conclui que apesar do resultado negativo, poucos são os estudos sobre o tema na área da Biblioteconomia e propõe novas investigações de forma que o assunto seja trabalhado pela área.

Palavras-chave: Censura. Literatura infantil. Livros infantis. Ditadura Militar. Brasil.

ABSTRACT

It addresses the censorship of children's books during the period of the Brazilian Military Dictatorship. Bibliographical research that investigates the existence of studies that deal with censorship of children's literature in the mentioned period. Find out if books or children's stories from Brazilian literature were censored. It presents Ana Maria Machado's case about her experience with the subject studied. Conducts research on the bases Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SciELO), LUME, Library and Information Science Abstracts (LISA) and Arquivo Nacional. Checks that there are several studies on the subject focusing on music, films, theater, the professional librarian, adult books, in several Latin American countries, but does not present the same volume of studies on censorship in children's books in the Military Dictatorship of Brazil. It concludes that despite the negative result, few studies on the subject in the field of Librarianship are proposed and new investigations are proposed so that the subject is worked by the area.

Keywords: Censorship. Children's literature. Children's book. Military Dictatorship. Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa 1: REDIB	37
Quadro 2 – Pesquisa 2: REDIB	37
Quadro 3 – Pesquisa 3: REDIB	38
Quadro 4 – Pesquisa 4: REDIB	38
Quadro 5 – Pesquisa 5: REDIB	39
Quadro 6 – Pesquisa 1: BRAPCI	40
Quadro 7 – Pesquisa 2: BRAPCI	40
Quadro 8 – Pesquisa 3: BRAPCI	40
Quadro 9 – Pesquisa 4: BRAPCI	41
Quadro 10 – Pesquisa 1: SciELO	41
Quadro 11 – Pesquisa 2: SciELO	42
Quadro 12 – Pesquisa 3: SciELO	42
Quadro 13 – Pesquisa 4: SciELO	43
Quadro 14 – Pesquisa 5: SciELO	43
Quadro 15 – Pesquisa 1: LUME	44
Quadro 16 – Pesquisa 1: LISA	45
Quadro 17 – Pesquisa 2: LISA	45
Quadro 18 – Pesquisa 3: LISA	45
Quadro 19 – Pesquisa 4: LISA	46
Quadro 20 – Pesquisa 1: Arquivo Nacional	47
Quadro 21 – Pesquisa 2: Arquivo Nacional	47
Quadro 22 – Quadro comparativo das pesquisas.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS

SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de livros
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
LISA	Library and Information Science Abstracts
ALA	American Library Association
OIF	Office for Intellectual Freedom
SciELO	Scientific Electronic Library Online
REDIB	Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Colted	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
Fename	Fundação Nacional do Material Escolar
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBBY	International Board on Books for Young People
DCDP	Divisão de Censura e Diversões Públicas
IBBY	International Board on Books for Young People

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	16
3	QUADRO TEÓRICO	19
3.1	UM RETRATO HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL	21
3.2	DIREITO À INFORMAÇÃO	23
3.2.1	Censura	26
3.2.2	A censura dos livros infantis	29
3.3	A DITADURA MILITAR NO BRASIL	31
4	GARIMPANDO AS ENUNCIÇÕES SOBRE CENSURA A LIVROS INFANTIS	36
4.1	INSTRUMENTOS DE PESQUISA	36
4.1.1	Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico	36
4.1.2	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação	39
4.1.3	Scientific Electronic Library Online	41
4.1.4	Lume	43
4.1.5	Library and Information Science Abstracts	44
4.1.6	Arquivo Nacional	46
4.2	OS LIVROS INFANTIS FORAM CENSURADOS?	48
5	O CASO DE ANA MARIA MACHADO	50
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A - Resumos dos documentos úteis na Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)	63

APÊNDICE B - Resumos dos documentos úteis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)	67
APÊNDICE C – Resumos dos documentos úteis na Scientific Electronic Library Online (Scielo)	70
APÊNDICE D – Resumos dos documentos úteis no LUME	73

1 INTRODUÇÃO

A censura é discussão antiga e ocorre praticamente em todas as áreas profissionais e classes da sociedade. Certamente encontraremos alguém que tenha uma opinião, mais das vezes, contra a censura e que defenderá o direito do acesso à informação.

Exatamente por isso que é de se admirar que os profissionais da biblioteconomia ainda não se apropriaram do assunto tanto quanto outras áreas, que já vem discutindo e produzindo pesquisas das mais diversas. Mais ainda quando se sabe que o assunto já foi iniciado por Vergueiro (1987) há 31 anos. Infelizmente, é possível concluir que o início das discussões não rendeu tantas repercussões quanto deveria, haja vista que é preciso uma boa estratégia de busca para que um trabalho acadêmico sobre o assunto possa ser encontrado nas bases de dados brasileiras da Ciência da Informação.

Muito também se fala sobre o período da ditadura militar e como as artes de modo geral – música, teatro, literatura – foram censuradas nesta época. É abundante a literatura sobre pesquisas e trabalhos com essa temática, focados nesse tempo histórico do Brasil, principalmente nas áreas de Letras, História, Sociologia e outras.

A literatura infantil também é assunto discutido em diversas áreas das Ciências Sociais e Ciência da Informação. Esse ramo da literatura tem sido o meio pelo qual a biblioteca cumpre seu papel social. As atividades devem partir da literatura e a ela voltar: contação de história, feira do livro, conversa com autores e muitas outras atividades que auxiliam na formação da criança leitora e que merecem investigações para que os bibliotecários possam bem exercer suas atividades profissionais.

O campo profissional para o bibliotecário é variado. Ele pode desenvolver suas atividades em empresas e escritórios, com pesquisas e organização; em bibliotecas dando acesso a informações a seus usuários, entre outras áreas de atuação. Um grande nicho que sempre existiu e onde sempre houve profissionais bibliotecários atuando, cuja expectativa de consolidação tem crescido devido a Lei 12.244 (BRASIL, 2010), é a biblioteca escolar. A partir de 2020, a lei orienta que todas as instituições de ensino devem ter uma biblioteca escolar com profissional da área de Biblioteconomia atuando. Por essa razão é importante pensar sobre as questões que envolvem a literatura infantil, pois dentre as diversas atividades do bibliotecário nesse ambiente de trabalho estão a seleção de livros e incentivo à leitura e a oferta de acesso a informações, tanto para pesquisa escolar quanto para desenvolvimento cívico-cultural.

Salienta-se que o acervo infantil não é encontrado apenas em bibliotecas escolares, mas também em um grande segmento de bibliotecas públicas. O Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Sobre Bibliotecas Públicas (1994) orienta para alguns objetivos dessa biblioteca, dentre eles: incentivo à leitura, à imaginação e à criatividade das crianças; acesso a formas de cultura e apoio; e, se necessário, à criação de projetos de alfabetização para diferentes faixas etárias. Caldin (2001) complementa a afirmação da atuação da biblioteca pública e escolar em relação à criança:

A biblioteca pública e a biblioteca escolar têm um público específico e garantido: a criança. Usuário com interesses próprios, exige um acervo a ela direcionado. O bibliotecário, preocupado com o caráter informativo e didático do material da biblioteca, relega a segundo plano, algumas vezes, o material de caráter lúdico, indispensável para apurar a sensibilidade estética deste usuário pequeno em tamanho e grande em exigências. (CALDIN, 2001, p. 112).

Durante o curso a autora deste trabalho teve oportunidade de trabalhar como estagiária em diferentes tipos de bibliotecas. No período em que trabalhava em biblioteca escolar foi possível perceber um fenômeno que também foi relatado por colegas que, por sua vez, também estavam trabalhando em bibliotecas escolares: a censura de livros às crianças. O relato mais frequente era dos pais restringirem o acesso de livros aos filhos. Esses livros na maioria das vezes estavam entre as leituras obrigatórias, utilizadas pelas escolas durante o ano letivo para o ensino e incentivo à leitura das crianças. Segundo os pais, os livros em questão não seriam adequados aos seus filhos devido aos temas abordados. Também muito se ouve falar de relatos na mídia de livros censurados por escolas, como ocorreu em 2018 com o livro *Meninos sem pátria*, de Luiz Puntel, caso mais recente sobre o assunto veiculado na mídia, o qual foi suspenso das bibliografias regulares do Colégio Santo Agostinho na cidade Rio de Janeiro após sofrer críticas por parte dos pais (RODRIGUES, 2018).

Este cenário encorajou a investigação sobre esse tema que ganhou mais importância com a descoberta de um livro sobre o projeto desenvolvido na Argentina *Libros que muerden* (BOSSIÉ; PESCLEVI; SALVADOR, 2015) o qual enumera livros infantis que foram censurados no período da ditadura naquele país, reforçando, desse modo, a relevância internacional do tema de modo a ser um assunto que pode ser discutido amplamente com os pares.

Ainda tratando-se da relevância internacional do assunto para essa classe profissional, é importante salientar que a *American Library Association* (ALA), através do *Office for Intellectual Freedom* (OIF), monitora os livros que costumam receber algum tipo de censura ou restrição nas bibliotecas públicas e escolares dos Estados Unidos (AKERS, 2012). Todos os anos o OIF publica o *Top 10 Most Challenged Books*, que é uma lista dos dez livros que mais foram "desafiados", os quais na grande maioria são infanto-juvenis. Segundo a ALA "um desafio é uma tentativa de remover ou restringir materiais a partir de objeções de uma pessoa ou grupo de pessoas" (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2018, sem paginação, tradução nossa). Devido à dificuldade de tradução, para tornar este título mais adequado à língua portuguesa, serão usados termos como contestados, debatidos, polemizados, entre outros. A ALA realiza todos os anos a *Banned Books Week*, evento que promove a leitura e a liberdade para ler enfatizando o livre acesso à informação. Esse evento reúne toda a comunidade interessada e que apoia a liberdade de expressão, tanto liberdade de busca de informação quanto liberdade de expressar ideias, mesmo ideias não tão convencionais. Dentre os profissionais envolvidos neste evento encontram-se bibliotecários, livreiros, editores, jornalistas, professores, e outros.

Quanto ao contexto brasileiro, Morais (2011) percebeu uma verdadeira explosão editorial desta forma de literatura no período da ditadura militar, sustentando a hipótese de que este nicho da indústria editorial brasileira teria servido como forma de manifestação sobre o cenário político do país na época, de forma que os livros infantis poderiam abordar temas de denúncia e mesmo assim circular livremente pelas mãos dos pequenos. Isso se deveu ao fato de a literatura infantil não ser um gênero tão legítimo para alguns críticos da área quanto a literatura para adultos. Caldin também comenta sobre isso em seu artigo dizendo que:

O enfrentamento de um certo preconceito [da literatura infantil] pode ser visto pelo fato de imbricar-se com a literatura popular, por ter nascido na tradição oral; ser considerada literatura de massa por se constituir em produto altamente vendável; e encontrar-se ligada à pedagogia que privilegia a função utilitária em detrimento da função estética. Assim, a literatura infantil é considerada um "gênero menor", tido por alguns como cultura de massa e, por outros, como cultura popular. (CALDIN, 2001, p. 124).

Mesmo que no Brasil a literatura infantil, durante a Ditadura Militar, não tenha sofrido censura a livros infantis, vários estudos em áreas multidisciplinares - Ciência da

Informação, Letras, História, entre outras - comprovaram a existência de livros para adultos que foram censurados (REIMÃO, 2011). Esta autora, em sua tese investiga e analisa livros que sofreram censura pelo governo na época da Ditadura Militar e lista diversos livros e autores, tanto de obras de ficção como de não-ficção, que foram impedidos de circular livremente.

A Biblioteconomia tem o ideário profissional de proporcionar acesso e liberdade de informação, incluindo-se aí, a disseminação da informação. A censura de livros é a negação desse ideário profissional de ampla liberdade de acesso em épocas de ditadura, épocas nas quais a censura é institucionalizada. O tema tem relevância para a área, pois a censura é a negação desse ideário: a censura liquida até mesmo os ideais de Ranganathan e é surpreendente que haja poucos estudos sobre um assunto tão importante para os bibliotecários. Faz-se necessário a apropriação do tema pelos profissionais bibliotecários, a fim de estarem preparados para os desafios profissionais que surgirão durante sua atuação.

Existe o reconhecimento histórico de censura oficial no Brasil no período do Estado Novo (1930-1945) e à época da ditadura civil-militar (1964-1985) e este trabalho tem o propósito de examinar este segundo período reconhecido historicamente de censura oficial, entendendo-se como “censura oficial” a existência de um aparato institucional de censura, como a existência de um departamento encarregado de examinar letras de músicas e peças teatrais e a expedição de documentos liberadores. É popular a censura a músicas, filmes e peças teatrais tanto para o público adulto como para o público infantil.

Dito isto, o que essa investigação aborda é a junção desses três temas: a *censura na literatura infantil* no período da *ditadura militar*. A questão de pesquisa foi: houve censura a livros infantis no período de 1964 a 1985 no Brasil?

O objetivo geral foi investigar a existência de censura à literatura infantil no período da ditadura brasileira (1964 a 1985) e os objetivos específicos foram:

- a) verificar a existência de textos acadêmicos sobre censura à literatura infantil no período da ditadura no Brasil;
- b) identificar livros ou histórias infantis brasileiras eventualmente censuradas no período de 1964 a 1985;
- c) analisar um caso exemplar de um autor brasileiro de livros infantis censurado no período de 1964.

Não tendo a pretensão de ser um trabalho que esgotasse essa temática, mas, sim, de dar continuidade às discussões sobre censura na área da Ciência da Informação, é que essa investigação foi iniciada e desenvolvida para que o campo de pesquisa sobre esse tema possa ser aprofundado. O aprendizado de conceitos teóricos e consequências do período histórico tornou possível o começo da apropriação do tema e defesa do acesso, democratização e direito à leitura e à informação.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza básica voltada à geração de novos conhecimentos úteis ao desenvolvimento da Ciência da Informação. Segundo Gerhardt e Silveira a pesquisa de natureza básica “[...] objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais [...]” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34).

Esta pesquisa tem caráter qualitativo que segundo Hernández Sampieri e outros (2013, p. 33) “[...] utiliza a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação [...]”. Esse tipo de pesquisa é caracterizado pela profundidade de exploração do tema, em um ambiente natural, sendo os significados tirados dos próprios dados da pesquisa e sem fundamentação estatística. Ou seja, este trabalho buscou confrontar interpretações teóricas variadas.

Quanto aos objetivos, este trabalho tem caráter exploratório. Santos (2015) afirma que esse tipo de pesquisa tem a particularidade de ser aplicada a estudos com carência de informações disponíveis, sendo o objetivo principal buscar o aprofundamento do assunto na área de conhecimento da pesquisa. São estudos relevantes, pois mostram novas perspectivas de pesquisa sobre um assunto já estudado e identificam novos conceitos, dando embasamento a novas investigações.

Os estudos exploratórios servem para nos tornar familiarizados com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informações sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras, estabelecer prioridades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados. (HERNÁNDEZ SAMPIERI; FERNÁNDEZ CALLADO; BAPTISTA LUCIO, p. 101, 2013).

O principal procedimento utilizado foi a pesquisa bibliográfica, pois procurou reunir informações já estudadas sobre o tema proposto de forma que seja aparente a área de atuação do bibliotecário o tema e a importância do seu estudo. Santos (2015, p. 184) afirma que “a pesquisa bibliográfica é feita com base em documentos já elaborados, tais como livros, dicionários, enciclopédias, como jornais e revistas, além de publicações, como comunicação e artigos científicos, resenha e ensaios críticos”.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foram selecionadas as bases de dados da área da Ciência da Informação: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no âmbito nacional, e Library and Information Science Abstracts (LISA), no âmbito internacional. Além dessas bases realizaram-se pesquisas na Scientific Electronic Library Online (SciELO), Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB), base multidisciplinar que abrange América Latina, países ibéricos entre outros, o Arquivo Nacional, que possui acervo de documentos da época investigada e o Lume, repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Quanto aos termos de busca, foram usadas as seguintes palavras-chave em português: censura, ditadura militar, livros infantis, literatura infantil e termos correlatos em inglês para melhores resultados na LISA. Esses termos foram combinados na pesquisa avançada de cada base de dados. Os resultados foram coletados, tabelados e apresentados na seção *Garimpendo as enunciações sobre censura a livros infantis*, além dos resumos dos documentos considerados úteis estarem listados nos apêndices, ao final deste trabalho.

Finalmente, a análise dos dados foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa com utilização de análise de conteúdo.

Segundo Gomes (2002, p. 68) na pesquisa qualitativa “[...] durante a fase de coleta de dados a análise [dos dados] já poderá estar ocorrendo[...]”, ou seja, não é uma etapa que ocorre apenas depois da coleta, mas sim é possível que as duas etapas ocorram concomitantemente. A análise de dados tem seu fim na compreensão dos dados coletados, a confirmação ou rejeição das hipóteses levantadas levando a um aumento do conhecimento sobre a área pesquisada. É preciso também estar atento para os obstáculos que podem acontecer nessa fase, destacando: julgar que a realidade dos dados apresentados está correta e a dificuldade do pesquisador em coordenar as idéias.

A análise de conteúdo foi composta de três fases. A primeira a pré-análise que corresponde à organização do material que será analisado de forma que são definidos unidades de registro e contexto, trechos relevantes e as categorias, é uma fase de primeira leitura para o conhecimento dos textos e de suas estruturas. A segunda fase foi a exploração do material em que se aplicam os conceitos definidos na fase anterior, é uma fase de leitura intensa em que, muitas vezes, é necessária a leitura do mesmo texto diversas vezes. A terceira e última fase foi o tratamento dos resultados obtidos e interpretação que consiste em averiguar conteúdos implícitos no material, tendências,

ideologias, crenças que caracterizam os fenômenos de análise que a pesquisa é alvo (GOMES, 2002).

3 QUADRO TEÓRICO

A Biblioteconomia é construída com base no ideal iluminista, no sentido progressista, do saber para todos. Como aventado na introdução, a censura é a negação do direito à informação e engloba seus dois contrários: o segredo e a mentira, pois a censura tanto evidencia mentiras quanto esconde segredos. A censura, portanto, é o negativo de um ideário de profissional muito forte para os bibliotecários.

O direito à informação, como será discutido nos próximos capítulos, é a base ideal teórico-filosófica, que dá substrato aos ideais de Ranganathan. As cinco Leis de Ranganathan foram escritas em 1928 e publicadas em 1931 e, desde então, são o "norte" para todos os profissionais e futuros profissionais da biblioteconomia. As leis são: (1) os livros são para usar; (2) a cada leitor seu livro; (3) a cada livro seu leitor; (4) poupe o tempo do leitor; (5) a biblioteca é um organismo em crescimento. Tais leis foram pensadas por Ranganathan devido a sua experiência de ter visitado mais de 100 bibliotecas inglesas e perceber que tais instituições não tinham diretrizes que integrassem todas as atividades de forma a se inter-relacionarem (SOUSA; TARGINO, 2016).

Estes [cinco Leis de Ranganathan] persistem como essenciais até os dias de hoje para quem consegue visualizar, na Biblioteconomia, chance inigualável de exercer a cidadania e lutar pelo acesso universal, oportunizando aos cidadãos informações compatíveis às suas demandas informacionais [...]. (SOUSA; TARGINO, 2016, p. 12).

As leis da Biblioteconomia, como também são conhecidas, trouxeram para a visão profissional, o ideário de acesso e disseminação da informação, a democratização da informação e a percepção da censura como negação desse direito.

No caso de censura a obras infantis, não se fala em direito a informação diretamente, porém trabalha-se com a idéia de segredo e mentira para as crianças. Pode ocorrer que, nas entrelinhas, dos textos destinados a crianças haja verdades que devem ser escondidas de acordo com os censores.

Kant (2012, p. 145) escreveu o que viria a ser o lema do Iluminismo: "*sapere aude*" (*atreve-te a saber!*). Esse ideário iluminista é a base política para a universalização de alfabetização das crianças e a necessidade da alfabetização dos adultos, uma condição de possibilidade para atender ao direito de saber e desenvolver

capacidade autônoma de cada cidadão buscar conhecimento (o que é muito bem explicado por Seelaender como uma das facetas ativas do direito à informação).

Os discursos não são naturais, não fazem parte da natureza: os discursos são enunciados pelos homens, são construções sociais e existem forças políticas, econômicas, históricas que determinam discursos autorizados e cerceiam certos discursos. Foucault (2000, p. 7) salienta que os discursos pertencem a “ordem das leis” e seu poder vem dos sujeitos que criaram tais discursos.

Quando se fala em censura, se fala na proibição de certos discursos e na negação à informação e à verdade factual. A seleção de livros implica, em certa medida, segundo Foucault, no desaparecimento de livros: alguns discursos são soterrados. Antes mesmo da seleção e do desbastamento, a edição já é uma forma de exclusão de certos discursos na visão deste autor.

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 2000, p. 7).

Além da interdição, Foucault cita mais dois procedimentos de exclusão: a separação e a rejeição de discursos, que ele exemplifica com o processo de construção da razão e da loucura, explicando que o indivíduo considerado louco é segregado da sociedade e tem seu discurso rejeitado. A terceira exclusão é a oposição entre o verdadeiro e o falso, que o filósofo chama de vontade da verdade, na qual a verdade se concentra não só no que o discurso diz, mas na autoridade do sujeito, a qual é dada pela instituição.

No entanto, a censura a livros infantis pode ser entendida não apenas como uma força negativa, cerceadora de discursos, mas como portadora de uma força positiva, visto que visa o resguardo da criança de acordo com a idade, adequação de certos temas, o cuidado psicológico e pedagógico ou educacional com a infância. Tal argumento é corroborado por Foucault, pois para o filósofo “[...] a troca e a comunicação são figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição [...]” (FOUCAULT, 2000, p. 38), ou seja, existe um sistema que define o que será falado, quando será falado e para quem será falado com o objetivo de restringir tais discursos.

As próximas subseções discorrem sobre a história da literatura infantil, direito à informação e censura e a Ditadura Militar no Brasil.

3.1 UM RETRATO HISTÓRICO DA LITERATURA INFANTIL

O surgimento da literatura infantil é discutido por diversos autores, os quais divergem quanto ao seu marco inicial. Para Zilberman (1979) a literatura infantil apareceu juntamente com a burguesia no século XVIII, devido à necessidade que despertou nas pessoas dessa classe de formarem seus filhos de modo culto e profissional.

A criança, na época [séculos XVI, XVII], era concebida como um adulto em potencial, cujo acesso ao estágio dos mais velhos só se realizaria através de um longo período de maturação. A literatura passou a ser vista como um importante instrumento para tal, e os contos coletados junto às fontes populares são postos a serviço dessa missão. Tornam-se didáticos e adaptados à longa gênese do espírito a partir do pensamento ingênuo até o pensamento adulto, evolução do irracional ao racional. (CADEMARTORI, 1995, p. 39).

Zilberman afirma que sem a criança, não existiria a literatura infantil. Também faz uma diferenciação entre literatura infantil e contos de fada: os contos de fada quando surgiram eram contados por e para adultos das classes mais baixas da sociedade, porque retratavam as condições servis e continha o elemento mágico o qual era concedido a esses personagens. Algumas características da literatura infantil a partir do ponto de vista histórico:

- a) a especificidade dessa literatura está vinculada à existência de um tipo de leitor particular, a criança, razão pela qual acredita-se que exerça importante papel no processo educativo - sem confundir-se, entretanto com o livro didático, pois apresenta dimensão estética além de ser ficcional;
- b) a formação do acervo de literatura infantil foi calcada em material que já existia, as histórias clássicas e os contos de fada, esses últimos com mais êxito haja vista seu conteúdo fantasioso e a presença do elemento mágico apresentado de modo natural;
- c) devido ao enorme êxito dos contos de fadas, a literatura destinada ao público infantil incorporou inúmeras de suas características: o recurso ao

maravilhoso, ao fantástico, a possibilidade de apresentar um universo em miniatura. Esta característica levou ao receio de produção de literatura infantil de caráter mais realista e explica o sucesso dos quadrinhos entre as crianças, pois estes recursos são abundantes nos universos dos super-heróis.

d) as transformações na literatura infantil acompanham as transformações dos contos de fada, pois no surgimento da burguesia houve necessidade de adaptação de histórias já existentes para as crianças. Um pouco mais tarde, já no século XIX “[...] a moderna pedagogia passou a enfatizar a necessidade de uma formação emancipada das crianças, a literatura respondeu com textos renovados que procuram liberar a criatividade infantil [...]” (ZILBERMAN, 1979, p. 12).

e) o surgimento da literatura infantil demonstra a preocupação do adulto com a criança, seja para transmissão, seja para crítica dos valores burgueses.

A Charles Perrault é atribuída a iniciação da literatura infantil, pois era um adaptador. Ele escolhia temas populares e adaptava-os acrescentando detalhes de forma que agradava ao público burguês. Por exemplo, no conto *A bela adormecida* existe referência à vida na corte, a qual não era acessível aos trabalhadores servis; da mesma forma *Cinderela* traz referências à moda feminina e o Barba Azul a mobílias, todas as referências inalcançáveis a pessoas comuns (CADEMARTORI, 1995).

Góes, por sua vez, discorda que o marco inicial da literatura infantil seja o surgimento da burguesia. Para ela a origem seria junto com as histórias orais, o mito. Para isso cita Mantovani que observa:

O livro para crianças é conquista moderna. Mas não a literatura infantil, cuja origem remete a idade oral do mito: amas de leite, poetas e pedagogos contavam histórias em voz alta para crianças, primeiro na Grécia e depois em Roma, as tradições de seus antepassados, fábulas, lendas heróicas e religiosas e aventuras extraordinárias; triunfava a arte de contar e a disciplina de escutar. (MANTOVANI, 1974, p. 25 apud GÓES, 1984, p. 48, tradução nossa).

Seja como for, é certo que a história da literatura infantil confunde-se com histórias e lendas. Papiros encontrados no Egito já continham histórias que muito se assemelhavam a contos de fadas, cerca de três mil anos atrás e outros tantos contos surgiram em diferentes partes do mundo na antiguidade, certamente em épocas

próximas (CALDIN, 2001). A autora confirma o pensamento de Zilbermann sobre os contos de fadas serem histórias para adultos, mas vai além dessa visão.

Os contos de fadas, conforme relata Robert Darnton (1986), narrados pelos camponeses em torno das lareiras, consistiam num ritual familiar vespertino em que as noites eram muito compridas e precisavam ser preenchidas com algo que fornecesse um escapismo à sua vida dura e medíocre. Cumpre lembrar que eram estrategicamente narrados à noitinha para que ficassem registrados no inconsciente infantil como o último relato do dia, favorecendo a memorização e a fruição. Assim é que tais relatos orais fantasiosos - seja para divertir os adultos, seja para assustar as crianças - histórias acumuladas ao longo das eras, se transmitem pela fala de um contador e são, posteriormente, registradas por escrito. (CALDIN, 2001, p. 115).

Caldin ainda comenta que no século XVI já havia textos voltados ao público infantil como *Gato de Botas* e *Branca de Neve*, tendo a literatura infantil seu desenvolvimento mais evidente no século seguinte, com Perrault e suas adaptações com os contos já citados anteriormente, além de *Pele de Asno* e tantos outros. La Fontaine surge em seguida com suas fábulas satíricas inspiradas “[...] nos gregos, latinos, medievais, franceses de sua época, na Bíblia e nos contos populares [...]” (CALDIN, 2001, p. 116).

A partir do século XVIII a literatura infantil mescla-se com a pedagogia e a ética. Era época do Iluminismo, que trouxe maior preocupação com a iniciação científica do que com a recreação. Era preciso formar adultos que tivessem bons conhecimentos da ciência e a literatura, inserida na escola, foi um auxílio nesse processo. Os Irmãos Grimm na Alemanha, Hans Christian Andersen na Dinamarca, Carlos Lorenzini na Itália também encontram adaptações e espaço nesse cenário. Lewis Carrol e seu *Alice no País das Maravilhas* surgem no século XIX marcando as obras do tipo satírico-humorística. No século XX, Saint-Exupéry apresenta *O Pequeno Príncipe*. A partir daí a psicologia também se envolveu na questão da literatura infantil reforçando a preocupação com a infância, o que ocasionou o surgimento de variada literatura para os pequenos.

3.2 DIREITO À INFORMAÇÃO

A história do direito a informação começa muito antes da idéia moderna deste, agora considerado, direito. Segundo Seelaender (1991a) a trajetória pode ser dividida,

grosso modo, em quatro momentos. O autor reconhece que estes períodos não se deram igualmente em todos os países.

O primeiro momento da trajetória do direito à informação foi caracterizado pela forte censura. A censura sempre foi presente na história, não importando os países, regimes políticos e povos. Isso é visto claramente em Báez (2006); o autor aborda a destruição de livros ao longo da história da civilização, seja por guerras e desastres naturais até a censura, passando pelo mundo antigo com os povos do Oriente Médio, Egito, Israel, China, seguindo para a Idade Moderna e Contemporânea. É notório que o fenômeno da censura não é exclusivo de uma religião, cultura ou sistema político, portanto se conclui que a censura sempre existiu.

Seelaender (1991a) segue a história apontando no segundo momento o triunfo da burguesia e a intensa liberdade de imprensa que se seguiu. A partir do surgimento da burguesia, no século XII, as universidades permitiram a formação de um conjunto de filósofos políticos que construíram um conjunto de ideais iluministas que defendiam liberdade política e econômica e a igualdade de todos perante a lei. Graças a esses valores e o crescimento de idéias que viriam a ser o direito à informação como é conhecido hoje, a imprensa usufruiu períodos de uma liberdade de publicação e expressão que não existia até então.

Em fase posterior, um terceiro grande período anotado por Seelaender, sinaliza que os meios de comunicação puderam desenvolver-se, surgindo então novas mídias de grande poder persuasivo. Essas mídias, no entanto, foram alvo de críticas de movimentos marxistas e antiliberais que começaram a tomar forma e questionaram o mito da imparcialidade o que, mais tarde, levou a crer que era necessário frear a influência de tais mídias. Isso levou a nova intervenção estatal, que já era utilizada em outros setores da economia; esse foi o terceiro momento.

Por fim, houve a compreensão que era preciso estabelecer normas que assegurassem a função social dos meios de comunicação de forma que todos tivessem acesso à informação e pudessem exercer sua cidadania nas democracias. Nesse último e quarto período ou cenário que foi possível surgir a idéia de direito a ser informado.

O direito de ser informado foi, não por acaso, fruto do século XX. De fato, somente neste último pôde ocorrer, em virtude de toda uma conjunção ímpar de circunstâncias favoráveis, a radical mudança de mentalidade indispensável para que se revolucionasse a própria idéia de direito subjetivo, vindo o indivíduo a ser concebido com base sobretudo no seu status de consumidor, e, conseqüentemente, a ser

reputado titular de um número crescente de direitos-crédito. (SEELAENDER, 1991a, p. 10).

Essa conjunção ímpar de que o autor fala é o momento histórico em que o mundo viveu após as duas grandes guerras mundiais que convenceram teóricos e políticos da abertura cada vez maior da informação ao homem comum na crença de que isso seria crucial na credibilidade dos Estados no cenário internacional. Muitos foram os tratados, constituições e documentos que previam o direito à informação e esse direito aparecia de modo bifronte: de um lado é garantido o direito à liberdade de transmitir informação, de outro lado é o direito de pesquisar e de receber informação.

Essa característica, para Seelaender está bem marcada em um documento que consagrou o direito à informação fora dos círculos de especialistas jurídicos e levou a ideia ao senso comum. Este documento é a Carta Encíclica *Pacem in Terris* escrita pelo Papa João XXIII. Essa encíclica que busca instruir sobre os direitos e deveres do homem deixa claro que todo ser humano tem direito a se expressar e ser informado.

Todo o ser humano tem direito natural ao respeito de sua dignidade e à boa fama; direito à liberdade na pesquisa da verdade e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, à liberdade na manifestação e difusão do pensamento, bem como no cultivo da arte. Tem direito também à informação verídica sobre os acontecimentos públicos. (JOÃO XXII, 1963, sem paginação).

O direito a informação, no entanto, começou a ser defendido muito antes de *Pacem in Terris* ser publicado. Em outro texto, Seelaender destaca um documento "arqueológico". John Milton defendia o conceito em 1644, no discurso proferido no Parlamento da Inglaterra, numa época em que a censura era comum naquele país. O poeta inglês viveu numa época extremamente conturbada em seu país devido ao reinado de Carlos I que almejava governar com a menor intervenção possível do Parlamento da Inglaterra. Seelaender (1991b) afirma que *Areopagítica* é um texto que tem alto nível de idéias coerentes alinhado ao contexto da época em que surgiu com atualidade exemplar para o contexto atual de luta pelo direito de saber das populações.

Em *Areopagítica* o escritor exigiu o respeito à liberdade de informação não apenas dos fiéis, mas sim de todos os homens. As liberdades de expressão e de publicação, e a própria "liberdade de saber" ("liberty to know") - encaradas por Milton, por sinal, como meras facetas de uma mesma e única "liberty" correspondiam, assim, para ele, não a um direito decorrente da condição de cristão, mas a um direito do homem, logo de todos os homens. (SEELAENDER, 1991b, p. 199).

Seelaender complementa que o grande mérito de Milton foi a visão de mundo que o poeta teve sobre o assunto. O chamado espírito de seita era comum na época e Milton conseguiu suplantar essa questão, tendo uma perspectiva que englobava não só o campo religioso, mas também se estendia para o campo político e cultural, dando a possibilidade de direito a todos os homens, não importando seu credo.

Mas, o que é a censura? Este é o tema da próxima subseção.

3.2.1 Censura

A censura pode ser entendida como “[...] um esforço por parte de um governo, organização, grupo ou indivíduo de evitar que as pessoas leiam, vejam ou ouçam o que pode ser considerado como perigoso ao governo ou prejudicial à moralidade pública [...]” (VERGUEIRO, 1987, p. 22), que pode ser de caráter moral, político ou religioso. A censura também pode ocorrer suprimindo, ou acrescentando, partes ao texto, modificando-os para que se adequem ao pensamento alheio.

A censura é fato atual, o que não é sinônimo de recente. Historicamente, a destruição de livros, sua proibição ou seu confisco é tão antiga quanto o surgimento do próprio livro. Báez (2006) narra muitas histórias de censura e destruição a obras desde a antiguidade até a contemporaneidade, como, por exemplo, a censura ao tratado *Sobre os deuses* de Protágoras de Abdera na Grécia que o leu em público e foi acusado de crueldade por um de seus discípulos. Os exemplares existentes da obra foram queimados e o restante apreendido das casas do lugar. Assim foi ao longo da história da humanidade e pelos mais diversos motivos, mas sempre com a ideia de que “eu estou certo e você está errado” ou “vamos destruir o que não presta” (FROMMING, 2014, p. 25).

Esse ato de banir o distinto teve início provavelmente antes das primeiras manifestações orais, continuando nas pinturas rupestres e nos primeiros livros em pedras e argila. Não poupou papiros, pergaminhos e outros artefatos de manifestação escrita ou artística. E depois do advento do papel, a censura avultou-se, pois já estava incorporada à humanidade, e a destruição apenas continuou. Nem mesmo os chineses ou quaisquer outras civilizações passaram incólumes ao processo. (FROMMING, 2014, p. 25).

Novamente aqui Milton passa a ter grande importância, pois as bases arqueológicas das principais teses contra a censura são encontradas no texto de 1644 de John Milton, *Areopagítica*, discurso que defende o livre direito a liberdade de imprensa em uma época em que tal idéia estava começando a tomar forma, pois era comum a censura prévia dos meios de comunicação e foi, como já mencionado, um dos autores mais icônicos sobre o assunto (SEELAENDER, 1991b).

Felipe Fortuna (1999) aponta que os argumentos de Milton para o discurso se baseiam em quatro principais pilares: contexto protestante da Inglaterra contrapondo a censura como um produto da Inquisição católica; o bem e o mal estarem intrincados de modo que é impossível eliminar um, sem afetar o outro, com a liberdade de imprensa o indivíduo que decide o que irá aproveitar das informações que tem acesso; os livros maus só são combatidos quando da sua divulgação e não por escondê-los da sociedade, tais livros devem ser expostos para que os homens vejam suas idéias prejudiciais; e por último, a censura não promove a elevação moral, pois não é possível inculcar tal virtude externamente, a liberdade de escolha que cada indivíduo faz que é essencial para combater a corrupção moral.

Os livros não são coisas absolutamente mortas; contêm uma espécie de vida em potência, tão prolífica quanto a da alma que os engendrou. E mais: eles preservam, como num frasco, o mais puro e eficaz extrato do intelecto que os produziu. Estou convencido de que eles são tão vivos e tão vigorosamente fecundos quanto aqueles dentes de dragão da fábula. E que uma vez semeados aqui e ali, podem dar nascimento a homens armados. (MILTON, 1999, p. 61).

Por sua vez Seelaender (1991b) também faz uma análise do texto de Milton destacando os *cinco conjuntos* de argumentos contrários à censura prévia.

O *primeiro* deles mostra a censura prévia como o desprezo que as autoridades teriam pelos governados, isso porque esse juízo está baseado tacitamente na superioridade moral e intelectual que os agentes censores teriam sobre os demais. Segundo Milton (1999, p. 117), o censor, “aquele que deve julgar o nascimento ou a morte dos livros [...], necessita ser um homem de qualidades incomuns, ao mesmo tempo estudioso, culto e judicioso”. O poeta segue seu raciocínio complementando que um homem dessa estirpe acharia seu trabalho enfadonho e não aguentaria ler livros tão indignos a um salário parco, dessa forma quem ocuparia tais lugares seriam pessoas de menor mérito. Ora, também aqui vale lembrar argumento do próprio Milton que se todos os homens são iguais e a todos os homens é manifesto o direito a informação,

como que um homem, ou grupo de homens, teriam maior capacidade de escolher o que os demais irão ler? Haveria de certo homens tão valorosos, numa sociedade em que todos os homens são iguais, de forma a ocupar cargos tão prestigiosos? Aqui se mostra claramente o porquê esse argumento não se sustentava sozinho.

O *segundo* aspecto apontado por Seelaender (1991b) na obra de Milton é o grande poder que os censores obtiveram da informação da época.

[...] se os homens letrados são os primeiros beneficiários dos livros e também os propagadores do vício e do erro, como confiar nos censores, a não ser que se lhes atribua, ou que eles mesmos se arroguem, por cima da cabeça dos demais na terra, a graça da infabilidade e da incorruptibilidade? (MILTON, 1999, p. 99)

Com a censura prévia instaurada, logicamente um pequeno grupo dentro do governo tinha acesso a todas as informações que circulavam no período e como nenhum homem pode dizer que é infalível e incorruptível o perigo era o de abuso de poder e a iminente ocorrência de arbitrariedades em decorrência disso.

Milton (1999, p. 167) escreveu que “se o que se deseja saber é a causa imediata de toda a liberdade de escrever e de falar, nenhuma outra me parece mais verdadeira do que a vossa maneira moderada, livre e humana de governar”. Esta é a *terceira* tese de Milton, segundo Seelaender, em que os governos autoritários têm urgência em apresentar a diversidade de opiniões como uma mazela que divide a sociedade, porém a verdade seria que as autoridades usariam tal argumento como pretexto para perseguir seus opositores, em uma tentativa de se perpetuarem no poder. Dessa forma Seelaender conclui que o que enfraquece o Estado é a intolerância pelas opiniões contrárias às sustentadas pelos governantes em cada momento histórico e não a diversidade delas.

Se Milton não chegou a conclusões como essas, esteve sem dúvida a um passo de fazê-lo. Autor de uma das primeiras apologias do pluralismo de que se teve notícia na Idade Moderna, o escritor seiscentista rejeitou taxativamente a tese de que a diversidade de opiniões constituísse um perigoso fator de enfraquecimento do Estado; com efeito, para o poeta inglês, a unidade eventual dos diferentes grupos religiosos e políticos de que se compunha uma nação livre parecia mesmo mais sólida que a unidade artificialmente induzida pela uniformização forçada das crenças. A desunião debilitante seria, dentro desta linha de raciocínio, causada, em verdade, não pela coexistência de credos e tendências políticas diversas, mas sim pelos conflitos ocasionados em função das tentativas, por parte de autoridades intolerantes, de reduzi-los à homogeneidade. Expediente utilizado em tais tentativas de homogeneização, a censura seria assim tão contraproducente e condenável quanto elas, representando um

estímulo a mais ao facciosismo nos grupos perseguidos. (SEELAENDER, 1991b, p. 206).

O *quarto* grupo de argumentos presentes no trabalho de Milton, segundo Seelaender, faz referência à ineficácia da censura prévia. Essa ineficácia ocorre porque a censura realizada antes da disseminação dos livros não alcança seu objetivo primeiro: “a de favorecer a supressão das heresias e da subversão, impedindo os governados de adotarem opiniões vistas como deletéria” (SEELAENDER, 1991b, p. 207). Milton sustentava que o objetivo era falho, pois se supunha uma influência dos livros e escritos que não se comprova; um homem estúpido poderia fazer pior uso de um livro louvável do que um homem sensato fazer melhor uso de um livro dito condenável (Milton, 1999, p. 101). Provavelmente o alcance da influência dos livros não depende apenas do seu conteúdo, mas também daquele que o recebe.

Por *quinto* e último Seelaender destaca o argumento mais contundente contra a censura, de que tal ato é um obstáculo para o desenvolvimento do conhecimento.

Feitas estas considerações teórico-históricas sobre censura, examinaremos na próxima subseção, a questão da censura a livros infantis.

3.2.2 A censura dos livros infantis

Foi visto que a censura a livros não é algo da cultura moderno ou de um passado recente. Considerando todos os argumentos já apresentados para a censura de livros adultos, não é surpresa que o mesmo ocorra com livros infantis. Assim, o controle sobre o material destinado a crianças existe praticamente desde o surgimento da literatura infantil. Fromming (2014) confirma isso na sua tese sobre censura em tradução de contos de fadas, afirmando, com base em teóricos, que a censura a livros infantis começou a ocorrer simplesmente num período que a censura a livros era extremamente comum, século XVI, e o caráter desse tipo de literatura acentua ainda mais esse fenômeno. A literatura infantil é popularmente conceituada como literatura para crianças, porém não é escrita por crianças e sim por adultos, em uma época que a preocupação com seu desenvolvimento intelectual tomaram corpo na sociedade burguesa. Até então a criança era considerada como um ser inferior e a relação de poder, do superior para o inferior interferia nas histórias escritas para as crianças que passavam por um processo ideológico forte. Ou seja, era escrito para as crianças aquilo

que os adultos achavam que os pequenos deviam saber naquela época. Pergunto-me se atualmente esse pensamento mudou. Será que hoje em dia as crianças leem apenas o que querem, ou se ainda os adultos escrevem o que acham que as crianças devem saber?

Como dito, a censura é uma preocupação para a classe bibliotecária e isso se torna evidente ao vermos alguns documentos da ALA que defendem o direito de todos ao acesso à informação, através da *Library Bill of Rights* (Declaração dos direitos da biblioteca) e da *The Freedom to Read Statement* (Declaração sobre Liberdade de Leitura) (VERGUEIRO, 1987). Ambas defendem o direito de qualquer pessoa, em qualquer idade e de qualquer origem, independentemente de suas visões políticas, religiosas ou sociais à liberdade de ler, colocando a responsabilidade, discernimento e julgamento das informações a que tem acesso na própria pessoa.

A liberdade de ler é essencial para nossa democracia. [...] Nós, como indivíduos dedicados a leitura e como bibliotecários e editores responsáveis pela disseminação de ideias desejamos afirmar o interesse público na preservação da liberdade de ler.[...] Nós confiamos nos americanos para reconhecer propaganda e desinformação e tomar suas próprias decisões sobre o que ler e acreditar. Nós não acreditamos que eles estejam preparados para sacrificar sua herança de imprensa livre de forma a serem “protegidos” contra o que outras pessoas pensam que pode ser ruim para eles. Nós acreditamos que eles ainda são a favor da livre iniciativa de ideias e expressão. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2004, tradução nossa).

Como citado na justificativa, o *Office for Intellectual Freedom* (OIF), criado pela ALA em 1940, monitora, orienta e recebe denúncias de livros infanto-juvenis cuja presença nos acervos foi contestada nas bibliotecas americanas e todos os anos divulga uma lista com os 10 livros mais debatidos e relaciona os temas abordados nessas obras. Os Estados Unidos é conhecido pela sua intensa liberdade, econômica, de expressão e tantas outras que é difícil imaginar o motivo de tanta preocupação em censurar ou banir certos livros dos acervos. Asheim (1980) responde que, de fato, as bibliotecas americanas praticamente não são alvos de censura... por parte governamental. Como demonstrado acima, a censura não parte apenas de um órgão governamental, mas também de um indivíduo ou grupo de indivíduos que pretendem defender suas ideias forçando a retirada, ou impedindo que livros com mensagens que julgam inadequadas sejam lidos, ou distribuídos. É comum os próprios americanos pedirem ou impedirem que as bibliotecas deem acesso a livros que são considerados perniciosos para determinados grupos de pessoas. O autor também afirma que as bibliotecas americanas

podem contar com a liberdade para dar acesso a qualquer obra a qualquer pessoa justamente porque existe essa preocupação e o desenvolvimento de políticas que orientam os bibliotecários em como manter nas bibliotecas um ambiente livre para que os usuários possam ler e expressar suas opiniões.

3.3 A DITADURA MILITAR NO BRASIL

O golpe militar tinha cinco objetivos (STEPHANOU, 2001, p. 52): o combate ao comunismo, o desenvolvimento econômico, a soberania da nação brasileira, a integridade do território nacional e a defesa da democracia.

No primeiro momento, talvez, para quem não conhece a história da América Latina, possa-se pensar que as ditaduras neste lado do continente tenham sido fatos isolados, sem uma ligação entre os diversos eventos. Com alguma pesquisa, porém, é possível perceber que as ditaduras não só estão ligadas, como também foram apoiadas de forma a corresponder a interesses externos e que nada tinham de preocupação com a população de cada país. Investigações na área de história (RAPOPORT; LAUFER, 2000; GREEN; JONES, 2009; BAUER, 2007) nos ajudam a ver que não apenas o cenário interno de cada nação teve sua participação para que os golpes de estado ocorressem, mas também a política externa dos Estados Unidos influenciou a história.

Com o advento da Guerra Fria era notória a preocupação dos Estados Unidos com a expansão do comunismo principalmente na América Latina (GREEN; JONES, 2009). Desde 1823 o país citado já praticava a Doutrina Monroe, que tornou popular a frase “a América para os americanos”. Qualquer ato mal interpretado dos governantes de cada país poderia ser entendido como uma inclinação para o comunismo.

No caso do Brasil isso se tornou muito claro, pois as atitudes do então presidente João Goulart, conhecido também por Jango, foram interpretadas pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil na época, Lincoln Gordon, como afinadas com o movimento comunista.

Ponderando as evidências com o máximo de objetividade possível, parece-me cada vez mais claro que o objetivo de Goulart é perpetuar-se no poder através de uma repetição do golpe de Vargas em 1937, instaurando um regime semelhante ao peronismo, com seu extremo nacionalismo antiamericano. O perigo da tomada de poder pelos comunistas decorre da total incompetência de Goulart para compreender ou resolver sérios problemas econômicos, administrativos, e outros quaisquer. No caso de Goulart servir como testa-de-ferro para estabelecer um regime autoritário, ele poderá

facilmente ser posto de lado, como o general Naguib no Egito, e abrir caminho para algum Nasser comunista. (GREEN; JONES, 2009, p. 74).

O governo de João Goulart atuou num período de grande agitação no Brasil. Foi uma época de correntes radicais dentro dos partidos políticos e intensa polarização das classes sociais, da mesma forma na economia foi um período de hiperinflação, déficit fiscal, problemas na balança de pagamentos, produção em baixa, descontentamento dos trabalhadores. O então presidente deveria ainda lidar com conspiração da direita e intervenção dos Estados Unidos em assuntos que diziam respeito ao Brasil. Nesse cenário, Goulart tendeu para a esquerda para implementar reformas políticas no país o que gerou mais tensão no em uma dinâmica que já se encontrava em momento delicado.

Delgado (2010) confirma essa versão mostrando que as manifestações autônomas se articularam de tal forma que ganharam a capacidade de pressão que antes não havia. A autora destaca as ligas camponesas, movimentos estudantis e organizações sindicais.

Em uma conjuntura marcada pela guerra fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, reivindicando reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política [...]. João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. (DELGADO, 2010, p. 128).

Toda a ação dos Estados Unidos em relação à política externa do Brasil era de apoio aos militares que pertenciam à direita brasileira com claro intermediário, Gordon, que, com uma visão americana, trabalhou para que os militares tivessem todo o necessário para que o golpe se efetivasse. Green e Jones (2009, p. 83) apontam que “Gordon nunca questionou sua decisão de apoiar o general Castelo Branco e os conspiradores. Mesmo diante do fato de que isso levou a uma ditadura que durou 21 anos, Gordon defende veementemente sua posição histórica”.

Tanto é que, no dia da suposta renúncia de Goulart, 31 de março de 1964, foram enviadas ao Brasil frotas de navios petroleiros, navio de transporte de helicópteros, encouraçados, armas e munições e muitos outros artigos bélicos caso o golpe não fosse bem sucedido, a conhecida Operação Brother Sam (DELGADO, 2010). O

reconhecimento dos Estados Unidos ao novo regime do Brasil veio no dia seguinte (RAPOPORT; LAUFER, 2000).

Consta que não foram só os Estados Unidos que supostamente colaboraram para a implantação do Regime Militar. Como já citado, vários setores da sociedade brasileira estavam insatisfeitos com a situação do país e com o posicionamento do então presidente para a esquerda. Delgado cita diversos setores da sociedade que apoiaram o golpe.

[...] Setores anticomunistas das forças armadas, sendo alguns deles vinculados à Escola Superior de Guerra, parte expressiva do empresariado nacional, latifundiários e demais proprietários rurais, segmentos conservadores da igreja católica, capital internacional que tinha interesses no Brasil e entre os partidos políticos, principalmente a União Democrática Nacional (UDN). Os conspiradores contaram com o apoio de organizações como: Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Ação da grande imprensa, que tinham uma posição antigetulista e Democrática Parlamentar (ADP), Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Liga da Mulher Democrata (LIMDE), além de jornais antijanguista. Entre eles se destacavam O Estado de São Paulo e O Globo (DELGADO, 2010, p. 136).

Além de todos os fatos acima mencionados, Moraes (2001, p. 17) também cita quatro eventos que antecederam e contribuíram para a efetividade do golpe militar. O primeiro deles *A Revolta dos Sargentos* em 1963 no quais Sargentos do Exército candidataram-se e se elegeram a deputados em Brasília, mas foram impedidos de tomar posse, pois era vedado o direito de candidatura por parte deles.

O segundo evento mencionado foi o comício que ocorreu dias antes da renúncia de Jango, 13 de março de 1964, em que se reuniram em frente da estação ferroviária Central do Brasil 250 mil pessoas em apoio às reformas agrárias, econômicas e educacionais que o presidente prometia implantar. A reação do lado conservador da sociedade foi outra manifestação, conhecida como *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em 19 de março.

A *Rebelião dos Marinheiros* foi o terceiro evento que contribuiu para o golpe. Em 26 de março, desobedecendo a ordens do Ministro da Marinha à época, membros da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniram-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Para a surpresa de todos, os fuzileiros navais que foram enviados para prender os revoltosos acabaram juntando-se a eles. Tais membros não sofreram punição

por intercessão do presidente Jango, o que acarretou num grande desconforto na hierarquia militar.

E o último evento que levou ao golpe militar foi o discurso feito pelo presidente em favor dos sargentos militares no Automóvel Clube, em que Jango pedia apoio da classe:

O meu apelo é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais disciplinados, naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro de suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina. (MELITO, 2016, sem paginação).

É notório que os militares não tinham a intenção de apoiá-lo. O pedido apenas consolidou o que era inevitável e dias mais tarde, com a deposição de Jango, Humberto de Alencar Castello Branco tornou-se o primeiro presidente do Regime Militar.

No primeiro Ato Institucional, o golpe militar foi justificado por “[...] se destina[r] a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]” (BRASIL, 1964, sem paginação).

Segundo Otero (2003, p. 27), a censura pode ser dividida em duas formas: a censura prévia, aplicada antes da publicação do material, e a censura repressiva aplicada depois. Durante o Regime Militar, em 1970, foi implementado o Decreto-Lei nº 1.077 que tinha por propósito não tolerar “[...] as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação [...]” (BRASIL, 1970), dava ao Ministério da Justiça o poder de verificar e julgar “[...] antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição[...]” (BRASIL, 1970), as quais fossem comprovadas ficava encarregado de apreender os exemplares do material.

A autora também afirma que como a censura não foi uma invenção da Ditadura Militar, o fenômeno está sujeito a aparecer novamente num processo cíclico: “[...] na conjuntura histórica brasileira que teve início em 1964, a censura estrutural que sempre caracterizou o Estado brasileiro foi reforçada, fortalecida e aprimorada com a censura conjuntural, e passou a se manifestar através dela [...]” (OTERO, 2003, p. 41).

A censura no período, em relação aos livros, era manifesta tanto pelo Ministério da Justiça, que exercia uma atuação mais repressiva usando do veto e proibição, e também era manifesta pelo Ministério da Educação, que incentivava a indústria

editorial. Por um lado, o combate a “matérias infringentes” como pretendia o Decreto-Lei, por outro lado o patrocínio para que o mercado editorial publicasse apenas o que favorecia os objetivos do governo.

Enquanto as ações do Ministério da Justiça, principalmente a partir de 1968, foram visíveis, enquadradas dentro da moldura jurídica, construída ao sabor das circunstâncias, as ações do Ministério da Educação e Cultura se processaram de maneira difusa e opaca. Não obstante, exerceram papel fundamental no controle da produção e difusão de bens culturais. (OTERO, 2003, p. 43).

Finalmente, em toda a bibliografia consultada sobre o assunto fica evidente que a perseguição e tortura naqueles anos sempre foram dirigidas a indivíduos que, de alguma forma, tinham alguma ligação com a esquerda: apenas uma denúncia já bastava para esses indivíduos serem procurados pelos órgãos da época. Já a censura usava outra lógica e restringia previamente peças de teatro, notícias em jornais e livros que também se alinhassem aos pensamentos considerados comunistas.

Ou seja, como combater a censura daquilo que não se sabe que foi censurado? Esta dificuldade de raiz teórica foi constatada na prática, visto que não se localizaram documentos oficiais comprobatórios de censura a livros infantis, apenas relatos, como veremos adiante.

4 GARIMPANDO AS ENUNCIÇÕES SOBRE CENSURA A LIVROS INFANTIS

Este capítulo tem por propósito atender os objetivos específicos “a” e “b” deste estudo. Nas próximas subseções estarão detalhadas as pesquisas propostas na Metodologia e se foi localizado, ou não, livros infantis censurados no período da Ditadura Militar no Brasil.

4.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para atender ao objetivo "a" que foi: "verificar a existência de textos acadêmicos sobre censura à literatura infantil no período da ditadura no Brasil", procedeu-se a diversas pesquisas em fontes de informação. Nas próximas subseções serão apresentadas as tabelas com os registros recuperados das buscas realizadas. As referências e os resumos de cada documento útil recuperado encontram-se nos apêndices ao final deste trabalho.

4.1.1 Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

A *Red Ibero Americana de Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)* é um projeto conjunto da Agência Estatal Espanhola *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, instituição pública ligada ao *Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades* dedicada à investigação, sendo a primeira instituição pública na Espanha e a terceira da Europa dedicada à investigação científica, e Universia, rede de 1.401 universidades de 23 países, incluindo o Brasil, e que conta com o apoio do Banco Santander.

A REDIB é uma base de dados que reúne trabalhos científicos e acadêmicos em formato eletrônico de países ibéricos, América Latina, América Central, América do Norte, países do leste europeu e alguns da Ásia. A REDIB promove a inovação tecnológica em ferramentas de produção editorial que facilitam o acesso, a disseminação e o aprimoramento da produção científica gerada nos países de seu escopo de ação, especialmente nos vários idiomas próprios. O público alvo da Rede é tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral, assim como os responsáveis,

gerentes e analistas de políticas científicas. A Internet garante o alcance global dessas informações.

Alguns países que possuem periódicos indexados na REDIB são: Alemanha, Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Hungria, Itália, Japão, Panamá, Polônia, Portugal, República Dominicana, Romênia, Tunísia, Uruguai.

Na REDIB foram realizadas diversas buscas cujos resultados demonstraremos a seguir.

Quadro 1 – Pesquisa 1: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançado	Livros infantis e censura	0	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Como o *quadro 1* demonstra foram usados o modo de busca avançado com os termos *livros infantis* e *censura* combinados. Essa primeira busca não retornou resultados.

Uma segunda pesquisa foi realizada e o quadro com os registros recuperados e úteis está a seguir.

Quadro 2 – Pesquisa 2: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançado	Literatura infantil e censura	9	3

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A pesquisa de número 2 realizada no modo de busca avançada, combinando os termos *literatura infantil* e *censura* resultou na recuperação de nove documentos. Desses, três documentos foram selecionados como úteis.

Um dos registros úteis foi do livro *Prohibido leer: La censura em La literatura infantil y juvenil contemporânea* dos coordenadores Pedro C. Cerrillo Torremocha e César Sánchez Ortiz (2017). Este livro aborda a censura na literatura infantil e juvenil com foco em diversos países do mundo e em diversas épocas. O livro dedica um capítulo exclusivo sobre o tema na Espanha, outro capítulo a diversos países Europeus como Alemanha e Hungria, um capítulo com foco na América Latina (Chile, Argentina,

Uruguai, Colômbia). A censura a livros infantis e juvenis também é abordado no período da ditadura nesses países citados dando ênfase à Espanha, visto que o livro foi editado nesse país. O que ressalto aqui é a ausência do Brasil no livro.

Outro artigo útil que foi recuperado é o relato de experiência da escritora de livros infantil Ana Maria Machado (2014), *En las alas de la libertad*. Machado teve um artigo publicado em uma revista científica da Espanha com seu relato sobre a censura no período da ditadura no Brasil que será abordado na seção 6. Aqui é relevante mencionar que foi o terceiro registro sobre o tema que este trabalho aborda, na Espanha.

Uma terceira pesquisa combinou os termos *censura* e *ditadura* também no modo de busca avançado e retornou dois registros úteis como é possível verificar pelo quadro 3.

Quadro 3 – Pesquisa 3: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançado	Censura e ditadura	60	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Nessa pesquisa houve muitos registros sobre censura no regime militar, porém em livros adultos, cinema, música, rádio, televisão focando na área da comunicação social (jornalismo, liberdade de imprensa). O único registro útil encontrado foi o artigo *Literatura infantil portuguesa em tiempos de La dictadura: censura y vocês de resistência* (BALÇA; AZEVEDO; SELFA, 2017), aborda o tema no contexto português. Saliento que este artigo também foi publicado em periódico da Espanha.

Por sua vez na quarta busca utilizando os termos *literatura infantil* e *ditadura*, um registro útil foi recuperado.

Quadro 4 – Pesquisa 4: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançado	Literatura infantil e ditadura	4	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Neste registro, “*Um dia de cão*” de Chico Buarque: reflexões sobre o teatro infantil em tempos de ditadura (PRECIOSO; FARIAS, 2016), é possível verificar que o tema abordado no estudo é o teatro infantil no período da ditadura.

A última pesquisa realiza com os termos livros infantis e ditadura não retornou resultados úteis.

Quadro 5 – Pesquisa 5: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	Nº. de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançado	Livros infantis e ditadura	1	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Estas foram as pesquisas realizadas na REDIB. Na próxima subseção serão apresentados os resultados das pesquisas na BRAPCI.

4.1.2 Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação

O cenário da Biblioteconomia brasileira conta com a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que é produto do projeto de pesquisa *Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior*, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área de Ciência da Informação, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, foram identificados os periódicos da área de Ciência da Informação e seus artigos indexados.

A BRAPCI disponibiliza atualmente referências e resumos de 19.255 documentos publicados; alguns já dispõem de texto completo, em 57 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de Ciência da Informação. Durante a pesquisa foram usados os indicadores booleanos, pois a própria base sugere que sejam usados. Nesta base de dados, por ser uma base da área que engloba a biblioteconomia, os critérios usados para os registros recuperados serem considerados úteis, além de o documento tratar sobre a censura em literatura infantil no Regime Militar, foram considerados documentos que abordassem a censura na área de atuação do bibliotecário.

A seguir o produto das pesquisas realizadas na Base citada.

Quadro 6 – Pesquisa 1: BRAPCI

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Básica	Censura*	43	3

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A primeira pesquisa, como o quadro 6 demonstra, usando o modo de busca básica e o termo *censura** retornou 43 registros e destes foram selecionados três registros úteis.

O primeiro deles é o texto clássico do Vergueiro (1987) sobre a *Censura e seleção de materiais em bibliotecas* que foi utilizado no referencial teórico deste trabalho. O segundo documento recuperado foi texto que aborda a censura a documentos sigilosos no período da Ditadura, a saber, *Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira* (ALCEDO; COSTA, 2018). Além desses selecionou-se o artigo *Libros, censuras y bibliotecários: desde Chile hacia América Latina* (PLANAS, 2016), que trata sobre censura em bibliotecas no Chile á época da ditadura no país. E por último pôster apresentado na edição 19 do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) com título *Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário*, que aborda a formação crítica do bibliotecário.

As demais pesquisas não retornaram resultados úteis, apenas alguns registros conforme os termos utilizados. Todas as pesquisas estão demonstradas nos quadros abaixo.

Quadro 7 – Pesquisa 2: BRAPCI

Modo de busca	Termo utilizado	Nº. de registros recuperados	Nº de registro úteis
Básica	Ditadura	57	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Quadro 8 – Pesquisa 3: BRAPCI

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Básica	Livros infantis	6	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Quadro 9 – Pesquisa 4: BRAPCI

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Básica	Literatura infantil	58	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Pouquíssimos foram os resultados recuperados na BRAPCI sobre o assunto que este trabalho aborda. As pesquisas seguem com a SciELO

4.1.3 Scientific Electronic Library Online

A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma base de dados que abrange diversas áreas do conhecimento, como ciências da saúde, humanas, sociais aplicadas, linguística, e abrange países da América Latina em sua maioria. A SciELO é um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde que, em 2002, passou a receber apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A base conta com uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros e novos títulos de periódicos estão sendo incorporados à coleção da biblioteca.

O objetivo é o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico, através de uma biblioteca eletrônica que proporciona grande acesso a periódicos. Há atualização da base constantemente.

A seguir está o quadro 10 que demonstra a primeira pesquisa nesta base de dados textual.

Quadro 10 – Pesquisa 1: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Censura AND livros	10	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Usando os termos censura e livros com o conector AND foram recuperados 10 documentos e deste um foi considerado útil. O documento útil é artigo de Sandra

Reimão que defendeu sua tese que fazia levantamento dos livros censurados no período da Ditadura Militar, seu estudo também mapeou a atuação censória do governo em relação aos livros. O artigo recuperado tem o título de “*Proíbo a publicação e circulação...*”: *censura a livros na ditadura militar* (REIMÃO, 2014) e tem por objetivo apresentar parte do estudo já mencionado.

Na pesquisa seguinte usando os termos *ditadura* e *livro*, como no quadro 11, recuperaram-se dois registros úteis.

Quadro 11 – Pesquisa 2: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Ditadura AND livro	12	2

Fonte: dados da pesquisa (2018).

O primeiro documento útil aborda os procedimentos e as realizações da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (Colted) e da Fundação Nacional do Material Escolar (Fename), órgãos criados da década de 60 pelo MEC. O artigo intitulado *As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename* (FIGUEIRAS, 2015), apresenta que os órgãos conseguiram responder satisfatoriamente à expansão do ensino e ao problema do livro didático.

O segundo registro útil versa na mesma linha do primeiro que aborda a questão do livro didático, dessa vez no período na década de 1970. *A seleção de escritores nos livros didáticos dos anos 70* (BORNATTO, 2014) aponta a seleção de autores na literatura brasileira que fizeram parte dos livros trabalhados nas séries de 5^a a 8^a do antigo 1º grau.

As próximas duas pesquisas não retornaram nenhum registro.

Quadro 12 – Pesquisa 3: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Livros infantis e censura	0	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Quadro 13 – Pesquisa 4: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Literatura infantil e censura	0	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A última pesquisa usando os termos censura e ditadura, recuperaram 18 documentos, sendo um útil.

Quadro 14 – Pesquisa 5: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Censura e ditadura	18	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

O documento considerado útil tem como título *Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar* (SETEMY, 2018) e discute a censura no contexto da defesa da moral e bons costumes como mencionado no título.

4.1.4 Lume

Lume é o Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que reúne os trabalhos acadêmicos produzidos na Universidade, além dos documentos acadêmicos outros documentos de interesses da Universidade, por sua área de abrangência ou pelo seu caráter histórico, são depositados no repositório. O objetivo é do Lume é “[...] reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade [...]” (LUME, 2018, não paginado).

A primeira pesquisa no LUME foi realizada com os termos *censura* AND *literatura infantil*.

Quadro 15 – Pesquisa 1: LUME

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Censura AND “literatura infantil”	203	3

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Dos 203 resultados recuperados, três foram considerados registros úteis: *Máquina de fazer silêncios: o reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o Golpe Militar de 1976* (FERRI, 2017), cujo tema é a censura em bibliotecas da Argentina na época da Ditadura Militar naquele país; *Silêncio da biblioteca: atos de censura em bibliotecas brasileiras* (PEREIRA, 2010) que aborda manifestações de entidades da área da Biblioteconomia aos atos de censura ocorridos no ano de 2009; e, por fim, *Censura na biblioteca escolar: como a interferência de pais e professores influencia na mediação de leitura* (SOUZA, 2018), com o tema a censura a livros infantis praticada pelos pais em bibliotecas escolares de colégios particulares de Porto Alegre.

Outros termos foram pesquisados no repositório, porém os resultados recuperados eram sempre dos mesmos documentos. Em nenhum deles encontrou-se os três assuntos juntos: livros infantis, censura e ditadura militar.

4.1.5 Library and Information Science Abstracts

A Library and Information Science Abstracts (LISA) é a base internacional para a área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Atualmente a base indexa os resumos de mais de 300 periódicos, de 40 países em 20 línguas diferentes. Os assuntos que a base abrange são gestão da informação, tecnologia da informação, tecnologia da internet, gestão do conhecimento, Biblioteconomia, bibliotecas e arquivos, gestão de bibliotecas, tecnologia de biblioteca, uso da biblioteca e usuários e recuperação de informação online.

Abaixo está o quadro com as informações da primeira pesquisa realizada na LISA.

Quadro 16 – Pesquisa 1: LISA

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	censorship AND (children's book) AND (military dictatorship)	2	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A primeira pesquisa usando os termos *censorship*, *children's book* e *military dictatorship* não retornaram resultados úteis como visto no quadro acima, por esse motivo trocou-se o termo *children's book* para *childrens literature* na segunda pesquisa.

Quadro 17 – Pesquisa 2: LISA

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	censorship AND (childrens literature) AND (military dictatorships)	8	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A pesquisa retornou oito resultados, mas nenhum deles útil.

Como os resultados foram insatisfatórios optou-se por ampliar a pesquisa. Por isso foram usados termos que são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 18 – Pesquisa 3: LISA

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	censorship AND (military dictatorships)	44	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os resultados obtidos retornaram documentos que discutiam vários aspectos de ditaduras militares em diversos países da América Latina, a grande maioria na Argentina, porém não havia a abordagem da censura a livros infantis. Procurou-se então realizar uma pesquisa com os temas *military dictatorships* e *Brazil*, com resultado a seguir.

Quadro 19 – Pesquisa 4: LISA

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	brazil AND (military dictatorships)	36	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os resultados recuperados abordavam, entre outros assuntos, estudos sobre memória, TICs, fontes de informação, mídia, mas nenhum sobre literatura infantil, ou mesmo literatura para adultos. Outras pesquisas não obtiveram melhores resultados.

4.1.6 Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional detém a custódia de diversos arquivos de diferentes setores das instituições do Brasil. O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) é o meio pelo qual é possível ter acesso aos arquivos custodiados. Os módulos disponíveis para pesquisa são Fundos e Coleções e MAPA.

Fundos e Coleções possui cinco níveis de descrição, contém diversos suportes de informação como papéis, mapas, plantas, filmes, discos, fitas. As modalidades de pesquisa são: livre, avançada, multinível, digital instrumento de pesquisa, notação anterior. Por sua vez MAPA é a memória da Administração Pública em que é possível realizar pesquisa nas modalidades livre e avançada de atos legais (leis, decretos e portarias) dos órgãos da administração colonial, central e da pública federal nos séculos XVI ao XX.

Para este trabalho usou-se o módulo de Fundos e Coleções, com o modo de busca pesquisa digital em que é possível ter acesso aos documentos em pdf, pois os mesmos foram digitalizados.

Para a pesquisa no Arquivo Nacional foram usados primeiramente os termos censura e livro infantil com os seguintes resultados.

Quadro 20 – Pesquisa 1: Arquivo Nacional

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Censura e livros infantis	33	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

No total houve 33 registros recuperados, mas nenhum útil. Foi realizada nova pesquisa trocando o termo livros infantis por literatura infantil.

Quadro 21 – Pesquisa 2: Arquivo Nacional

Modo de busca	Termo utilizado	Nº de registros recuperados	Nº de registro úteis
Avançada	Censura e literatura infantil	82	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Na segunda pesquisa, foi recuperado um total de 82 registros e também nenhum deles, útil. Salienta-se que, mesmo sem registros úteis, ou seja, registros que tivessem alguma apreciação da censura prévia a livros infantis na época estudada, muitos foram os registros encontrados de peças teatrais infantis que passaram pela censura prévia como *A casa de chocolate*, *O geniozinho faz de conta*, *O negrinho subterrâneo*, sendo os dois últimos títulos adaptações de livros infantis. Também foram encontradas letras de músicas e sambas enredos que passaram pela avaliação da Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP) que tinham como tema personagens da literatura infantil ou autores de livros infantis como, por exemplo, Monteiro Lobato.

Uma hipótese sobre poucos, ou praticamente nenhum registro de livros infantis que foram avaliadas diretamente pela Divisão é de que, como na época estava em vigor a Lei n. 5.250/67 que no art. 1º, §. 2º propunha que espetáculos e diversões públicas, ficassem sujeitos à censura prévia, é provável que livros não se submetiam à certificação daquela Divisão por não pertencerem à categoria “espetáculos”.

Segue quadro comparando todas as pesquisas nas cinco bases de dados usadas neste estudo.

Quadro 22 – Quadro comparativo das pesquisas

Fonte	Número de pesquisas	Registros Recuperados	Registros úteis recuperados
<i>REDIB</i>	5	74	5
<i>BRAPCI</i>	4	164	3
<i>SciELO</i>	5	30	4
<i>Lume</i>	1	203	3
<i>LISA</i>	4	90	0
<i>Arquivo Nacional</i>	2	115	0

Fonte: dados da pesquisa (2018).

4.2 OS LIVROS INFANTIS FORAM CENSURADOS?

Em atendimento ao objetivo “b” deste trabalho que foi “identificar livros ou histórias infantis brasileiras eventualmente censuradas no período de 1964 a 1985”, foi realizada, concomitantemente com a pesquisa bibliográfica, leitura dos registros úteis para que fosse possível alcançar tal objetivo. Como é possível perceber nos registros recuperados considerados úteis, não houve tal abordagem.

Muitos foram os trabalhos que discorriam sobre teatro, música, cinema, todos no contexto infantil. Houve estudos sobre autores de livros infantis ou relatos de experiência, bem como estudos sobre setores do governo para que promovessem os livros didáticos nas escolas. Foram encontrados estudos sobre censuras a livros, no Regime Militar, mas com foco na literatura adulta em que havia uma listagem de livros censurados no período. O papel do bibliotecário enquanto mediador de informação também foi abordado, porém não foram recuperados estudos sobre livros infantis censurados entre os anos 1964 a 1985.

Pelas pesquisas é possível perceber que a censura a livros infantis é um assunto frequente, principalmente em âmbito internacional, como o trabalho da ALA, por exemplo, e em diversos períodos, na Era Vargas ou atualmente em bibliotecas escolares. No entanto sobre o período específico que esse trabalho se propõe a estudar não houve registros de estudos sobre livros infantis.

Isso se deve porque não houve censura a livros infantis nesse período? É provável que sim, deve ter existido censura a livros infantis, mas esta deve ter sido praticado e atingido os livros em fase de edição. Veremos um caso exemplar na seção a seguir, o caso de Ana Maria Machado.

5 O CASO DE ANA MARIA MACHADO

Para atender ao objetivo c, que foi "analisar um caso exemplar de um autor brasileiro de livros infantis censurado no período de 1964", destacaremos a seguir o caso de Ana Maria Machado. Em apresentação proferida no primeiro *Congreso Internacional de Literatura Infantil y Juvenil*, com título *Anímate a leer, Vuela solo*, que ocorreu em Lima em 2010, Machado expõe sua experiência pessoal com a censura em dois momentos políticos brasileiros: a Era Vargas e a Ditadura Militar. Tal apresentação foi publicada no periódico espanhol *Revistas de Estudios Brasileños* com o título *En las alas de La libertad*.

Ana Maria Machado é escritora brasileira nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1941. A autora formou-se em Letras Neolatinas na extinta Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem pós-graduação pela mesma universidade. Lecionou em diversas universidades tanto no Brasil como no exterior, além de ter dado aula em colégios.

Ana Maria foi presa no governo militar no ano de 1969 e teve vários amigos também detidos pelo regime. Exilou-se na Europa, período que escrevia histórias infantis para Revista *Recreio*. Trabalhou como jornalista em Londres e também lecionou, terminando sua tese de doutorado que foi publicada em 1976 com o nome de *Recado do Nome* que aborda a obra de Guimarães Rosa. Nesse mesmo ano suas obras infantis passaram a ser publicadas em livro.

Quando voltou ao Brasil em 1972 trabalhou como jornalista em diversas revistas e jornais. O trabalho mais importante foi a chefia do departamento de jornalismo da *Radio Jornal Brasil* que ocorreu de 1973 a 1980, cargo no qual a qual usou de criatividade e inventividade para contornar a censura que havia por parte do regime aos meios de comunicação.

Pela sua obra infantil *História Meio ao Contrário* ganhou o prêmio João de Barro em 1977 e foi a oportunidade da autora ter outros diversos livros infantis publicados. Foi premiada com três Prêmios Jabutis, Prêmio Hans Christian Andersen, única autora na categoria a ganhar tal prêmio, e Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra e diversos outros.

Abriu a primeira livraria infantil do Brasil, *Malasartes*, com Maria Eugênia Silveira que propunha uma “[...] criteriosa seleção dos títulos a partir de um conhecimento acumulado, na liberdade de escolha, na convicção de que ler livro bom é

uma tentação irresistível e um direito de toda criança [...]” (MACHADO, 2014b, sem paginação).

Ana Maria há três décadas promove a leitura e fomento ao livro, oferecendo consultorias e, seminários em diferentes países pela UNESCO e é vice-presidente do International Board on Books for Young People (IBBY). Ocupa a cadeira 1 na Academia Brasileira de Letras, lugar em que exerce as mesmas atividades de promover o acesso ao livro e incentivo a leitura nas periferias e comunidades carentes.

Machado começa seu relato explicando que a censura, ora em maior medida, ora em menor, sempre foi assunto recorrente em sua vida e que nos últimos anos tem sido recorrentes os convites que recebe para dar palestras acerca da censura relacionada à literatura infantil. Ela deixa muito claro que tais convites são sempre vindos de instituições do exterior. Ana Maria relata que a edição de julho de 2009 do periódico *Bookbird*, pertencente a *International Board on Books for Young People* (IBBY), “[...] organização sem fins lucrativos que representa uma rede internacional de pessoas de todo o mundo que estão comprometidas em reunir livros e crianças [...]” (INTERNATIONAL BOARD ON BOOKS FOR YOUNG PEOPLE, 2018, sem paginação), foi todo dedicado à censura em literatura infantil, publicando artigos com foco em diversos países: Estados Unidos, Rússia, Alemanha, Nova Zelândia, porém sem trabalhos de países da América Latina ou de países Ibéricos. A autora chama a atenção para esse fato argumentando que uma forma sutil de censura é ignorar fatos.

Así, a fuerza de no hablar de un determinado asunto, éste queda relegado al olvido total, como si no existiera. En ese caso, el tema silenciado somos nosotros. Específicamente, Latinoamérica. Mejor dicho, los llamados países emergentes. El número de La revista contiene artículos y puntos de vista que cubren los Estados Unidos, Rusia, Finlandia, Dinamarca, el Canadá, Alemania, República Checa y Nueva Zelanda (éste es el único país al sur del ecuador de lengua inglesa). Lo restante del mundo, en el cual nos incluimos, sigue invisible para la revista. No que hayamos sido censurados por el *Bookbird*. Sino solamente olvidados. Al lado de todos los otros países latinos, de España y Portugal a Francia e Italia. (MACHADO, 2014a, p. 14).

Machado continua afirmando que o esquecimento também é um tipo de censura, é a supressão de determinado aspecto que se queira ocultar, é eficiente, pois ao contrário da censura do NÃO, que proíbe que determinados assuntos sejam falados, esse apenas usa da omissão para que a censura seja efetiva. De todo modo tal episódio reforçou a tese que a autora defende que, ao falar sobre censura, é necessária a delimitação do

campo a ser estudado (MACHADO, 2014a, p. 14) e em tal artigo ela delimita o texto na experiência pessoal que teve com o assunto. Na sua infância, no contexto do governo Getúlio Vargas, foi orientada a não revelar seu apreço pelas obras de Monteiro Lobato.

Em seu relato também se vê duas situações que se relacionam com a obra de Milton. A primeira é situação trata-se da prisão de seu pai, jornalista driblou o censor ao publicar um artigo não autorizado e, ao ser preso, concederam a permissão de a pequena Ana com apenas três anos de idade permanecer com ele até um parente próximo vir buscá-la. A segunda situação ocorreu em terra estrangeira, Ana foi morar junto com sua família na Argentina no período do governo de Juan Domingos Perón, na escola foi pedido que as crianças fizessem um desenho com o tema “esta é a minha bandeira” e Ana desenhou uma bandeira do Brasil, que não foi aceito pela professora, depois de alguns outros desenhos de bandeiras do Brasil ela foi encaminhada a direção, seus pais foram chamados e foram informados que Ana seria convidada a se desligar da escola; seu pai apelou para o embaixador do Brasil na Argentina, para evitar um incidente diplomático desnecessário; a escola voltou atrás e permitiu que Ana terminasse os estudos daquele ano.

A partir desses relatos, a autora classifica censura como ato de força e covardia e desigualdade perante a lei. O censor que decide o que vai acontecer conforme o julgamento dele, nunca embasado em critérios pré-estabelecidos. Não havia uma regra para nenhum dos casos, apenas uma *licença especial* para quem conhece alguém com poder de conceder permissões, sem regras, sem critérios, simplesmente ao bel-prazer daquele que foi agraciado com essa prerrogativa. Nesse trecho é possível reconhecer a fala de Milton (1999) quando ele condena a suposta superioridade moral e intelectual que os censores deveriam possuir para julgar qual livro é condenável ou não, com critérios questionáveis, pois não existem critérios definidos, assim como Ana conclui muitos anos depois da publicação do texto de Milton.

Poco a poco iba enterándome de que las prohibiciones y actos de represión suelen acompañarse de permisos especiales. Señal de la “magnanimidad” del poderoso que está practicando la violencia. Además de ser un acto de fuerza y cobardía, del más fuerte contra el más débil, el otro rasgo fundamental que las caracteriza es justo ese –el arbitrio, la desigualdad ante la ley. Aquel tipo de certeza de poder que tiene un simple funcionario cuando no necesita rendir cuentas de sus actos a nadie. Aquel autoritarismo arrogante que, en cada viaje, todos nosotros encontramos en el inspector del Servicio de Inmigración quien, a la entrada de un país, examina el pasaporte, lo hojea, mira a la cara y la ropa del viajero y sella o no en un papel su derecho de quedar por un determinado tiempo dentro de aquellas

fronteras. Sin criterios claros y preestablecidos. Sin defensa ni cuestionamientos posibles. La autoridad sin límites para limitar el derecho ajeno. (MACHADO, 2014a, p. 15).

A autora também afirma que a censura não vem apenas dos governos, mas também de indivíduos ou grupos de indivíduos com valores em comum que tomam para si a decisão do que os outros podem ler (ou fazer). Esse fato pode ser relacionado, por exemplo, ao monitoramento que a ALA faz nas bibliotecas dos Estados Unidos para combater a censura aos livros do acervo que, na sua maioria, ocorre por parte de indivíduos. Ora, é sabido que os Estados Unidos são um país de intensa liberdade como já foi falado neste trabalho e essas investidas contra determinados livros que ocorrem nas bibliotecas americanas só podem ocorrer pelos indivíduos.

Depois desses breves relatos e comparações gostaria de destacar que, em seu artigo, Machado descreve sua experiência no período da Ditadura Militar como autora de livros infantis.

Durante o Regime, Ana Maria Machado foi para o exílio como já mencionado, mas pouco antes começou a escrever histórias infantis a serem publicadas na revista *Recreio*. Durante o exílio ela continuou a escrita e tomou gosto pela prática. Outros nomes também escreviam histórias infantis para a revista como Ruth Rocha e Joel Rufino dos Santos. A autora relata que a literatura infantil foi um escape para expressar suas opiniões, pois os censores não consideravam tanto tal literatura como consideravam o teatro, o cinema, o jornalismo para proibir sua veiculação. Dessa forma ela e outros autores puderam expressar através das histórias infantis como achavam que o país deveria ser.

[...] Sentíamos [Ana Maria Machado e demais autores que publicavam histórias infantis na época] la presión de la dictadura, el peso de la censura y un impulso irrefrenable para manifestarnos. Y teníamos suficiente dominio del lenguaje para hacer de él un instrumento dócil en nuestras manos por medio del humor, del recurso para la poesía, del buceo en las matrices populares. O sea, teníamos condiciones de crear textos ambiguos y multívocos, con múltiples significados, cuajados de alusiones culturales, moviéndonos sobre la cuerda floja de las semánticas y acostumbrando al lector a buscar siempre más en los juegos verbales de que nos valíamos. [...] Pero la literatura infantil iba por carriles más discretos. Era cosa propia de mujer y de niño, no era algo que los generales leyesen y oyesen por todas partes como la música popular. Entonces, era posible que eso pasara desapercibido si Ruth Rocha escribiera sobre un reyezuelo mandón u otro rey que padecía de la rara enfermedad de no lograr ver quien fuera pequeño. (MACHADO, 2014a, p.17-18).

O relato dela sobre a censura a literatura infantil no período da Ditadura Militar finaliza abordando que mesmo passando sem grandes destaques pela censura oficial a literatura infantil sofria da censura dos indivíduos. Era comum a rejeição das histórias por parte de instituições como colégios que proibiam os alunos de lerem as histórias ou editoras que temiam represálias ao publicarem a literatura mencionada. Machado cita um livro seu que passou pelo crivo de seis editoras que não aceitaram publicar a história por receio da censura na época e quando finalmente foi publicado ganhou todos os prêmios daquele ano, a autora não menciona qual foi o livro em seu relato. Mesmo assim Ana salienta que nada foi comparado com a censura que as outras formas de arte receberam das autoridades oficiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada dia se torna mais importante que o bibliotecário fique atento aos seus usuários para o planejamento de serviços que atendam suas necessidades informacionais, adquirindo também competências que o auxiliem nesse sentido. O ideário profissional de dar acesso à informação precisa e correta é o objetivo almejado pela classe, mas que não se realiza sem que os profissionais adquiram tais competências. Uma delas é estar atenta a censura que pode ocorrer tanto por parte dos usuários, da instituição onde atua, pelo governo e pelo próprio profissional.

A censura é uma forma de legitimar o controle de idéias de forma a impedir que pensamentos e conceitos contrários às idéias de grupos ou governos possam propagar-se. A censura está ligada às relações de poder: governos controlam o que cidadãos podem saber sobre sua gestão, grupos impõem normas de comportamento para outras pessoas, adultos escolhem o que crianças devem ler.

Os livros infantis, por sua vez, podem ser encontrados em diversos tipos de biblioteca como nas bibliotecas escolares, públicas, comunitárias e, com menor expressividade, nas bibliotecas universitárias e especializadas. A literatura infantil que teve seu começo da adaptação de contos para adultos ganhou espaço próprio, e teve seu papel em um dos momentos mais marcantes da história do Brasil, a Ditadura Militar.

A ditadura foi implementada com o objetivo, dentre outros, de conter o avanço do comunismo. Isso se deveu ao clima que foi proporcionado pela Guerra Fria e às mudanças que o então presidente João Goulart tentou realizar no país, não obtendo êxito, pois encontrou forte resistência por parte de grupos conservadores nacionais apoiados pelos Estados Unidos.

Neste trabalho, foi oportunizada a ocasião de tomarmos contato com pesquisas e relatos que, em certa medida, puderam corroborar com a idéia de que no Brasil a literatura infantil foi usada como um instrumento de liberdade de expressão, devido ao fato de que a censura foi legitimada pelo governo militar. Poucos foram os registros encontrados de livros infantis que viessem a ser censurados.

Neste estudo, três foram os objetivos específicos: a) verificar a existência de textos acadêmicos sobre censura à literatura infantil no período da ditadura no Brasil; b) identificar livros ou histórias infantis brasileiras eventualmente censuradas no período de 1964 a 1985; c) analisar um caso exemplar de um autor brasileiro de livros infantis censurado no período de 1964.

Quanto ao objetivo “a” poucos foram os textos recuperados pela pesquisa que abordavam a censura a livros infantis no período mencionado. Os estudos recuperados eram em grande parte sobre censura na literatura infantil em países estrangeiros, filmes infantis, peças teatrais ou músicas com temas da literatura infantil. O objetivo “b” não teve maior sorte, pois pouco foi encontrado nas pesquisas temas de trabalhos sobre livros infantis, muito menos iríamos encontrar um exemplo de livros que foram censurados naquele momento.

Com o objetivo “c”, no entanto, foi possível termos referência de autora que viveu a censura por toda a sua vida, além de ser uma escritora de livros infantis não só premiadíssima como também reconhecida pelo seu trabalho tanto nacional como internacionalmente: Ana Maria Machado. Através do relato dela podemos confirmar que sim, houve censura não só a livros, mas como a autores infantis, como quando ela relatou a experiência dos livros de Monteiro Lobato e ela própria sendo exilada do país por idéias contrárias aos do Regime. Um detalhe singular, contudo, é que Machado discorre sobre como as histórias que ela e outros escritores de livros infantis escreviam eram um meio de expressão de idéias. De como a literatura infantil, por seu caráter lúdico, aceitou bem as histórias de poder e repressão como críticas, mas de forma suave a ponto de não despertar o interesse do Regime em algo que eles já não tinham em alta conta.

O *boom* literário dos livros infantis foi um fenômeno singular que ocorreu no Brasil em contraponto à censura a livros infantis comprovadas em outros países em seus Regimes Militares como é o caso da Argentina. Era possível a circulação de idéias e opiniões dentro do território nacional, sendo possível, também, que tais idéias chegassem às crianças de forma lúdica e adequada ao momento delas.

Ressalto também que mesmo sem haver um estudo que abordasse e comprovasse que algum livro infantil tenha sido censurado na Ditadura não quer dizer que realmente não tenha havido tal caso. Relembro aqui citação de Gomes (2002) que destaca um dos obstáculos da análise de dados em que demonstra que o pesquisador não pode julgar como correta a realidade dos dados apresentados. Ora, é possível que sim, em algum lugar deste país, com milhares de escritores, em algum momento da Ditadura, tenha havido censura a algum livro infantil que a pesquisa acadêmica ainda não alcançou. O resultado desse trabalho não invalida o questionamento visto que essa análise foi realizada com trabalhos acadêmicos e não diretamente em livros, ou autores, ou leitores dos mesmos. Da mesma forma essa interpretação que estou fazendo não invalida o

resultado da pesquisa, haja vista que, se por um lado há silêncio acadêmico sobre censura a livros infantis na Ditadura Militar brasileira, por outro, no mínimo há uma singularidade da nossa literatura infantil em comparação com a literatura infantil de outros países.

Os questionamentos ficam, pois, será que o fenômeno da explosão da literatura infantil no Brasil ocorrida no Regime Militar influenciou a literatura infantil atual? Será que as histórias infantis carregadas de opiniões dos autores da época influenciaram as crianças que as liam? Qual o impacto que isso teve na formação dessas crianças? Se é que teve impacto... Será que isso significa que no Brasil a Ditadura foi menos intensa? Ou que no país a literatura infantil sofre de certo preconceito, sendo considerada literatura inferior? Ou até mesmo será que falta mais pesquisa sobre o assunto?

Certamente é um tema que merece mais estudos, pois é necessário entender as singularidades da literatura infantil no Brasil. Ainda que o resultado não tenha sido o que se esperava, certamente este TCC nos proporcionou uma nova visão sobre o assunto, de forma a nos enriquecer como investigadora, assim como o campo de pesquisas da Biblioteconomia, visto que estas reflexões podem tornar os profissionais bibliotecários e todos os profissionais interessados, mais capacitados.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Ana Maria Machado**: biografia. 2017. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/ana-maria-machado/biografia>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- AKERS, C.G. Which books are challenged more - classics or contemporary? **New Library World**, London, v. 113, n. 7, p. 385-395, 2012. Disponível em: <https://doi-org.ez45.periodicos.capes.gov.br/10.1108/03074801211245075>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Banned e challenged books**. 2018. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/bbooks>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- _____. **The Freedom to Read Statement**. 2004. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/freedomreadstatement>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- _____. **Library Bill of Rights**. 1980. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- ARQUIVO NACIONAL. **Bem-vindos ao SIAN!** 2018. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. 3/4, p. 217-222, jul./dez., 1980. disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002083/82f7817f2801bae17ef64c1952de0491>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Sobre a base**. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- BAUER, Caroline Silveira. Controle e cooperação norte-americana aos golpes civis-militares brasileiro (1964) e argentino (1976). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 24. 2007. São Leopoldo, RS. **Anais eletrônicos [...]** São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007. disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0127.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.
- BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=25/05/2010>. Acesso em: 20 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm. Acesso em: 26 nov. 2018.

_____. **Decreto-Lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2018.

_____. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 27 nov. 2018.

BOSSIÉ, Florencia; PESCLEVI, Gabriela; SALVADOR, Carolina. Libros que muerden: una colección que resplandece. In: JORNADAS DE INTERCAMBIO Y REFLEXIÓN ACERCA DE LA INVESTIGACIÓN EN BIBLIOTECOLOGÍA, 4., 2015, La Plata. **Actas** [...] La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2015. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.5393/ev.5393.pdf. Acesso em: 20 maio 2018.

CALDIN, C. F. O bibliotecário, a criança e a literatura infantil: algumas ponderações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 6, n. 1, p. 111-128, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/8144>. Acesso em: 17 Abr. 2018.

CADEMARTORI, Ligia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (coleção primeiros passos, 163).

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS. **Presentación CSIC**. 2018. Disponível em: <http://www.csic.es/presentacion>. Acesso em: 07 nov. 2018.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, n. 14, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403006>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 6. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2000. (Leituras filosóficas, 1)

FROMMING, Sigfrid. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos Irmãos Grimm no século XX**. 2014. 342 f. Tese (Pós-Graduação em Estudos da Tradução)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/130935/332920.pdf?sequence=1>. Acesso em: 29 maio 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfó (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância). Disponível em: www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf. Acesso em: 19 maio 2018.

GÓES, Lúcia Pimentel. **Introdução à literatura infantil e juvenil**. Pioneira: São Paulo, 1984. (Manuais de estudo).

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gorgon e suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67- 89, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n57/a03v2957.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p. 67-80.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ CALLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María Del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso, 2013.

INTERNATIONAL BOARD ON BOOKS FOR YOUNG PEOPLE. **What is IBBY**. 2018. Disponível em: <http://www.ibby.org/about/what-is-ibby/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

KANT, Immanuel. Resposta à questão: o que é esclarecimento? **Cognitio: Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 145-154, jan./jun. 2012. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/11661/8392>. Acesso em: 28 out. 2018.

PAPA JOÃO XXII. **Pacem in terris**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1963. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html. Acesso em: 19 dez. 2018.

LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE ABSTRACTS. **Página inicial**. 2018. Disponível em: <https://search-proquest.ez45.periodicos.capes.gov.br/lisa/socialsciences/fromDatabasesLayer?accountid=146814>. Acesso em: 25 nov. 2018.

LUME. **Apresentação**. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/apresentacao>. Acesso em: 24 nov. 2018.

MACHADO, Ana Maria. Em lãs alas de La libertad. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, Espanha, v. 1, n. 1, 2º semestre, 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.3232/REB.2014.V1.N1.01>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____, Ana Maria. **Biografia**. 2014. Disponível em: <http://www.anamariamachado.com/biografia>. Acesso em: 25 nov. 2018.

MELITO, Leandro. **Jango fez último discurso como presidente há 52 anos**. Brasília: Portal EBC: 2016. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/03/movimentacao-para-o-golpe-de-1964-se-intensifica-apos-discurso-de-jango-no>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MILTON, John. **Aeropagítica**: discurso pela liberdade de imprensa ao parlamento da Inglaterra. Rio de Janeiro: Toobooks, 1999.

MORAIS, Josenildo Oliveira de. **A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar**. 2011. 108 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgli/download/dissertacoes/Dissertacoes2011/Josenildo.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a Ditadura Militar**: 1964-1978. 2003. 151 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7262/1/arquivo3445_1.pdf. Acesso em: 27 nov. 2018.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rúben. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43 n. 1, jan./jun. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100004&script=sci_arttext. Acesso em: 17 jun. 2018.

RED IBEROAMERICA DE INNOVACIÓN Y CONOCIMIENTO CIENTÍFICO. **Proyecto**. 2018. Disponível em: <https://www.redib.org/>. Acesso em: 2 nov. 2018.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: EDUSP, 2011.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Livro da coleção Vaga-lume com ditadura como pano de fundo é retirado de lista de escola do Rio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,livro-da-colecao-vaga-lume-com-ditadura-como-pano-de-fundo-e-retirado-de-lista-de-escola-do-rio,70002529714>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11. ed. Niterói, RJ: Editora Impetus, 2015.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE. **SciELO**. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2018.

SEELAENDER, Ainton Cerqueira Leite. **O direito de ser informado**: base do paradigma moderno do direito de informação. *Revista de Direito Público*, São Paulo, v. 25, n. 99, p. 147-159, jul./set. 1991.

SEELAENDER, Ainton Cerqueira Leite. **Surgimento da idéia de liberdades essenciais relativas à informação**: a areopagítica de Milton. Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 86, p. 190-211, jan. 1991.

SOUZA, Maria Eliziana Pereira de; TARGINO, Maria das Graças. Cinco leis da biblioteconomia, cinco leis de Ranganathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2334/1840>. Acesso em: 28 out. 2018.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. (Coleção História, 44).

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan. /jun. 1987. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002223/e622978e55db9350124055c1d8674225>. Acesso em: 16 jun. 2018.

ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil: transitoriedade do leitor e do gênero. **Letras de hoje**, Porto Alegre, n. 36, p. 7-22, jun. 1979. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/18738/11899>. Acesso em: 10 jun. 2018.

**APÊNDICE A – Resumos dos documentos úteis na Red Iberoamericana de
Innovación y Conocimiento Científico (REDIB)**

Quadro 2 – Pesquisa 2: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançado	Literatura infantil e censura	9	3

Fonte: dados da pesquisa (2018).

CERRILLO TORREMOCHA, Pedro C.; SÁRCHEZ ORTIZ, César (coord.). **Prohibido leer: la censura en la literatura infantil y juvenil contemporánea**. Granada, Espanha: Ediciones de la Universidad de Castilla La Mancha, 2017. 452 p. (Estudios, 158).

Resumen: La censura en la literatura infantil y juvenil es un fenómeno que ha estado presente desde el mismo momento en que se empiezan a escribir libros para niños y, de una u otra forma, sigue siendo realidad en nuestros días. En esta misma colección –n.º 155– puede consultarse un pormenorizado estudio coordinado por Pedro César Cerrillo y M.^a Victoria Sotomayor, en el que se presentan, analizan y clasifican las diferentes censuras que en los últimos cien años han sufrido los libros infantiles.

Partiendo del mismo, que ha puesto en negro sobre blanco un tema del que algunas veces se hablaba, pero cuyo estudio no se había afrontado aún de manera sistematizada, publicamos ahora estas nuevas contribuciones a un campo que sigue ofreciendo muchos aspectos interesantes en los que incidir. En estas páginas ofrecemos las contribuciones de más de medio centenar de investigadores de diferentes procedencias académicas, geográficas y disciplinares, pero con un objetivo en común: contribuir con su dedicación a un conocimiento más completo del complejo tema de la censura en la literatura infantil desde diferentes prismas e intereses. El primer capítulo nos presenta un panorama general sobre la persecución de los libros a lo largo de la historia. Tras él, siguen el resto de investigaciones agrupadas en cuatro bloques temáticos: censura y LIJ en España, en Latinoamérica, en otras partes del mundo, y censuras que sobrepasan estas restricciones temáticas. Cierra el libro una reflexión sobre poemas y poetas españoles censurados durante la última dictadura.

Endereço eletrônico: <http://publicaciones.uclm.es/prohibido-leer-la-censura-en-la-literatura-infantil-y-juvenil-contemporanea/>

MARTÍNEZ MATEO, Roberto. Una revisión de La censura en La literatura infantil y juvenil (LIJ) traducida Del inglés em España desde La etapa franquista a La actualidad. **Quadens de Filologia:** Estudis Literaris, Valencia, Espanha, v. 20, p. 163-182, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7203/qf-elit.v20i0.7535>. Acesso em: 20 out. 2018.

Resumen: Este artículo analiza la evolución de las medidas y consecuencias de la censura aplicada a la Literatura Infantil y Juvenil (LIJ) procedente del inglés vía traducción en la dictadura de Franco, en la etapa de post-guerra y en la actualidad. El escaso valor literario habitualmente atribuido a esta literatura dirigida a los más pequeños la convierte precisamente en un objetivo más vulnerable a los vaivenes del dictamen del que ostenta la autoridad. Además, se trata de una parcela infrainvestigada en el panorama literario español. La revisión contrastiva de varias obras traducidas en diferentes momentos permite ejemplificar los hitos más destacados por los que ha pasado la censura ejercida sobre la LIJ desde el régimen franquista hasta la actualidad.

Palabras clave: Censura. Literatura Infantil y Juvenil (LIJ). Traducción. Dictadura.

MACHADO, Ana Maria. En las alas de La libertad. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, Espanha, v. 1, n. 1, 2º semestre, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3232/REB.2014.V1.N1.01>. Acesso em: 20 out. 2018.

Resumen: A partir del relato de la experiencia personal de la autora con la censura en distintos contextos, sea relacionados con regímenes repressivos, sea vinculados en general a concepciones políticas o religiosas fundamentalistas, el artículo se propone discutir los riesgos que trae la censura a la literatura infantil, la cual, con el pretexto de proteger a los niños, muchas veces acaba por introducir prejuicios en la construcción de su conocimiento del mundo y de su capacidad de tolerancia a las diferencias.

Palabras clave: Censura. Libertad de expresión. Literatura infantil. Represión política. Democracia. Tolerancia. Pluralismo.

Quadro 3 – Pesquisa 3: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançado	Censura e ditadura	60	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

BALÇA, Angela; AZEVEDO, Fernando Fraga de; SELFA, Moises. Literatura infantil portuguesa en tiempos de la Dictadura: censura y voces de resistència. **Ocnos: Revista de Estudios sobre Lectura**, Cuenca, Espanha, v. 16, n. 1, p. 92-105, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=259151088007>. Acesso em: 02 out. 2018.

Resumen: Este artículo analiza cómo autores de literatura infantil portuguesa consiguieron eludir la censura, en tiempos de la Dictadura (1926-1974), y publicar obras cuyos mensajes, que no podían ser discutidos libremente, fueron transmitidos a los jóvenes lectores del momento. Los objetivos de este estudio son dar a conocer obras de literatura infantil, editadas durante la Ditadura, y leídas por las jóvenes generaciones de antaño y actuales; establecer qué temas y valores son presentados en estas obras; y comprender qué mecanismos fueron usados por los escritores para eludir la censura. Como metodología de estudio, emplearemos el análisis hermenéutico a partir de una lectura crítica y reflexiva de los textos. De este análisis concluimos que estas obras abordan cuestiones relacionadas con el racismo y la promoción de la igualdad entre los hombres, la apología de libertad, la resistencia a la opresión y la exhortación a la paz. Los autores aquí estudiados emplearon un lenguaje simbólico, cargado de metáforas, ambigüedades, humor e ironía, mecanismos todos ellos retóricos que fueron usados para transmitir su mensaje a los lectores y eludir así la censura del régimen vigente.

Quadro 4 – Pesquisa 4: REDIB

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançado	Literatura infantil e ditadura	4	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

PRECIOSO, Adriana Lins; FARIAS, Dênis Alves. “Um dia de cão” de Chico Buarque: reflexões sobre o teatro infantil em tempos de ditadura. **Revista Norte@mentos**, v. 9, n. 18, 2016. Disponível em:

<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/download/2345/1720>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Resumo: No período da ditadura militar (1964-1985) ocorreram mobilizações sociais e políticas de forma repressiva e opressora, tendo como forma de resistência a arte literária em sua estrutura linguística, formal e discursiva. Neste aspecto a literatura infantil e juvenil, a partir de sua revisitação aos moldes urbanos e incorporação dos problemas contemporâneos é apropriada aos contextos históricos, ressaltadas nas obras literárias, canções e teatro, como constatada no espetáculo “Os Saltimbancos” (1977) de Sérgio Buarque de Holanda, para este estudo, a canção “Um dia de cão”, a qual denuncia um processo de assujeitamento cultural em virtude da grande exportação de produtos culturais vindos dos Estados Unidos. Assim, a literatura, como característica humanizadora e de formação conscientizadora, revela em seu gênero, o teatro infantil, possibilidades de leitura que podem ser ancoradas na denúncia e na resistência ideológica frente a um período de ditadura e repressão.

APÊNDICE B – Resumos dos documentos úteis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)

Quadro 6 – Pesquisa 1: BRAPCI

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Básica	Censura*	43	4

Fonte: dados da pesquisa (2018).

VERGUEIRO, W. C. S. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 21-26, jan. /jun. 1987. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002223/e622978e55db9350124055c1d8674225>. Acesso em: 16 jun. 2018

Resumo: Os bibliotecários brasileiros não possuem tradição de luta contra a censura em bibliotecas, muito embora as mesmas tenham sofrido, tanto no passado como na atualidade, atentados que visavam restringir a liberdade intelectual dos usuários. A luta dos bibliotecários norte-americanos contra a censura e o conhecimento da Library Bill of Rights, estabelecida por eles, pode possibilitar aos bibliotecários brasileiros se organizarem para enfrentar censores e realizar, com maior desenvoltura, a atividade de seleção de material para as bibliotecas. As diferenças entre censura e seleção devem ficar bastante claras ao bibliotecário, pautando-se esta última pelo estabelecimento de uma política bem definida para desenvolvimento do acervo que não permita a interferência de fatores subjetivos.

Palavras-chave: Ciência da informação. Bibliotecário.

ALCEDO, Diego; COSTA, Luana Alves de Melo. Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 23, n. 2, p. 284-313, 2018. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28006/24186>. Acesso em 20 out. 2018.

Resumo: Introdução: Pressupõe uma relação entre a censura de documentos sigilosos, no período ditatorial brasileiro, e os seus vestígios atuais recuperados e mediados pela Comissão Nacional da Verdade. Estabelece, desde a Biblioteconomia, essa relação por meio de analogia com a obra ‘O Nome da Rosa’, conteúdo estudado e analisado nos cursos da área. Entende que esse debate alude à relevância dessa documentação enquanto registro que preserva e constitui a memória e identidade brasileira. Objetivo:

Expor e debater, desde a Biblioteconomia, sobre alguns elementos que caracterizaram o controle e o acesso de informações de documentos sigilosos na ditadura brasileira. Metodologia: Utilizou como procedimento metodológico tanto a revisão bibliográfica em literatura especializada, quanto à análise de documentos por meio de conteúdos eletrônicos. Resultado: A partir da exposição e do debate sobre o tema proposto enaltece o papel social da Biblioteconomia, bem como o de mediador do bibliotecário no que diz respeito ao desafio que os documentos sigilosos do período ditatorial brasileiro oferecem. O desafio é o progressivo estudo, análise documental e sua divulgação. Conclusão: Verificou a necessidade de que o tema seja mais discutido na área. Sugere a elaboração permanente de políticas públicas direcionadas ao tema valorizando a identidade e memória nacional.

Palavras-chaves: Acesso a recursos informacionais. Biblioteconomia. Censura e Sigilo. Ditadura brasileira.

PLANAS, J. Libros, censuras y bibliotecários: desde Chile hacia América Latina.

Palabra Clave, La Plata (Argentina), v. 6, n 1, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/79530>. Acesso em: 4 nov. 2018.

Resumo: Aborda o livro *El golpe al libro y a las bibliotecas de la Universidad de Chile* escrito por bibliotecários e que tem por foco buscar a memória das bibliotecas do Chile a época da Ditadura naquele país e também e também trata sobre a censura em bibliotecas no Chile á época da ditadura no país.

LIMA, Arabelly Karla Ascoli de; GALINDO, Marcos. Tempos de censura: reflexões sobre o posicionamento crítico e político do bibliotecário. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2018, p. 4172-4179. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1310/1689>. Acesso em: 04 out. 2018.

Resumo: A pesquisa exploratória e bibliográfica tem como objetivo suscitar reflexões acerca da importância da formação crítica e política do profissional bibliotecário. A preocupação com esses aspectos justifica-se pelo atual período de avanço do conservadorismo no Brasil, marcado por ataques à educação e à liberdade de expressão. Apresenta episódios recentes de censura a livros e a bibliotecas em diferentes regiões do país, silenciando debates relativos à diversidade, igualdade de gênero e questões raciais. Questiona a possibilidade de existir neutralidade na educação, defendida por alguns

grupos políticos e religiosos, considerando que o silenciamento de determinados grupos sociais também configura um posicionamento político de concordância com o sistema vigente. Localiza o debate teórico no paradigma pós-custodial, científico e informacional. Enfatiza a responsabilidade social do bibliotecário em garantir o acesso à informação isenta de qualquer censura ideológica, política ou religiosa. Expõe os tipos de censura com os quais o bibliotecário pode defrontar-se, destacando a autocensura como a mais problemática. Conclui que os cursos de Biblioteconomia precisam repensar seus conteúdos de forma que garantam o desenvolvimento da consciência crítica e do posicionamento político do bibliotecário. Propõe reflexões sobre a formação acadêmica e destaca a importância da formação ao longo da vida para o profissional da informação.

Palavras-chave: Responsabilidade Social do Bibliotecário. Censura em Biblioteca. Formação Política do Bibliotecário. Formação Crítica do Bibliotecário.

APÊNDICE C – Resumos dos documentos úteis na Scientific Electronic Library Online (SciELO)

Quadro 10 – Pesquisa 1: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançada	Censura AND livros	10	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008>. Acesso em 21 out. 2018.

Resumo: Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), cerca de 140 livros de autores brasileiros foram oficialmente vetados pelo Estado. Este artigo apresenta parte dos resultados de um projeto que visou fazer o levantamento sistemático das obras censuradas e traçar um panorama da atuação censória do governo militar em relação a livros, destacadamente obras de autores brasileiros, com ênfase no período posterior a 1970. Além de fontes bibliográficas, utilizamos o arquivo de pareceres do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão do Ministério da Justiça, que a partir de 1970 passou a exercer a censura a livros e revistas. O presente artigo é uma versão modificada de trechos do livro *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*, publicado pela Edusp, com apoio da Fapesp, em 2011.

Palavras-chave: Censura. Livros. Ditadura militar. DCDP.

Quadro 11 – Pesquisa 2: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançada	Ditadura AND livro	12	2

Fonte: dados da pesquisa (2018).

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename. **História da Educação**, Santa Maria, RS, v. 19, n. 45, p. 85-102, jan./abr. 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/44800>. Acesso em: 21 out. 2018.

Resumo: Neste artigo se analisa a constituição e realizações da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático e da Fundação Nacional do Material Escolar. Os dois órgãos foram criados pelo MEC nos anos 1960, mas possuíam diretrizes diferentes para

os livros didáticos. Enquanto a Colted tinha o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a Fename deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo. O estudo revelou que a criação dos órgãos respondiam aos debates sobre a urgência de se organizar a expansão do ensino, com o crescimento do público escolar e o consequente problema do livro didático. As políticas seguiam ainda as orientações da Unesco, que indicavam o incentivo à produção de manuais pelas editoras privadas, além da assistência aos estudantes carentes.

Palavras-Chave: livro didático. Fename. Colted.

BORNATTO, Suzete de Paula. A seleção brasileira de escritores nos livros didáticos dos anos 70. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 85-101, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602014000100007>. Acesso em: 21 out.2018.

Resumo: O objetivo deste texto é tratar da seleção de autores da literatura brasileira que entrou na escola pelas páginas de livros didáticos de 5ª a 8ª série do 1º grau, investigar os critérios dessa seleção durante a década de 70, no contexto da ditadura, e suas relações com a produção literária. Dialogando com estudo anterior realizado pelo escritor Osman Lins, a análise incide sobre cinco coleções didáticas de português, consideradas como antologias escolares que contribuíram tanto para a preservação do cânone brasileiro quanto para a formação de leitores e a democratização da cultura letrada. Por fim, analisa-se o caso de um escritor frequente nos livros didáticos, Stanislaw Ponte Preta, que, tendo sido autor de textos de crítica à ditadura, esteve representado na escola apenas como autor de textos humorísticos.

Palavras-chave: Leitura escolar. Ditadura. Livro didático de português. Stanislaw Ponte Preta.

Quadro 14 – Pesquisa 5: SciELO

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançada	Censura e ditadura	18	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

SETEMY, Adriana Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar.

Topoi, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101x01903708>. Acesso em: 04 nov. 2018.

Resumo: Considerando a censura como parte de uma cultura da vigilância à liberdade de expressão, o artigo pretende demonstrar que, além de um eficaz instrumento de violação, quando se trata de defender a moral e os bons costumes, a censura consiste em um instrumento político de legitimação perante setores da sociedade civil, um endosso do Estado àquilo que é considerado pertinente aos valores da família cristã. A discussão será feita a partir da análise das condições sociais e culturais em que se deu o processo de estruturação política e institucionalização da censura de publicações consideradas ofensivas à moral e aos bons costumes durante a ditadura militar. O objetivo do artigo é contribuir com os estudos sobre as estratégias de poder e os comportamentos sociais diante do autoritarismo, a fim de compreender as bases sociais de sustentação do poder autoritário.

Palavras-chave: censura; legitimidade; moral; bons costumes.

APÊNDICE D – Resumos dos documentos úteis no LUME

Quadro 15 – Pesquisa 1: LUME

Modo de busca	Termo utilizado	N. de registros recuperados	N. de registro úteis
Avançada	Censura AND “literatura infantil”	203	3

Fonte: dados da pesquisa (2018).

FERRI, Daniara Zampiva. **Máquina de fazer silêncios**: o reflexo da censura nas bibliotecas e na produção literária da Argentina durante o Golpe Militar de 1976. 2017. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/175266>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Resumo: Analisa a trajetória da Argentina no âmbito literário durante a ditadura de 1976-1983 que ficou conhecida como Processo de Reorganização Nacional, e como a censura de livros se desenvolveu e repercutiu durante esse período. O método realizado para desenvolver o trabalho foi a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Descreve quais foram as consequências sofridas nas instituições responsáveis pela difusão do livro, mais especificamente as bibliotecas, universitárias, públicas e escolares, e quais foram os métodos utilizados para viabilizar as estratégias de proibição. Relata casos de limpeza em bibliotecas e editoras, incluindo relatos de queima de livros. Resgata o contexto histórico da Argentina desde a época do Peronismo até o Golpe. Conceitua o que é censura iniciando com uma linha histórica que vai da Reforma Protestante, onde ascende, até a Liberdade de Imprensa, passando, então, para o desenvolvimento teórico que define o que pode ser considerado como censura. Por fim, buscou-se identificar como a censura afetou as bibliotecas e a produção literária durante a ditadura.

PEREIRA, Klaus Rossweiler. **Silêncio da biblioteca**: atos de censura em bibliotecas brasileiras (2009). 2010. 130 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25891>. Acesso em 24 nov. 2018.

Resumo: Esta pesquisa busca registrar a reação dos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, das Associações e Sindicatos de bibliotecários aos atos de censura

ocorridos durante o ano escolar de 2009. Atos que tiveram como alvo a bibliografia distribuída pelo PNBE e programas estaduais e atingiram bibliotecas escolares de diversos estados brasileiros. A coleta de dados foi efetuada através de informações públicas, portanto acessíveis a toda a sociedade, envolvendo principalmente matéria jornalística encontrada em jornais de grande circulação, a maioria com matéria disponível em seus próprios sítios, boletins e sítios das entidades de classe dos bibliotecários. Para análise foi desenvolvido um quadro histórico e teórico com o objetivo de retratar as diferentes faces da censura na sociedade contemporânea e a contraparte bibliotecária representa-se através dos manifestos e diretrizes da IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions) e da experiência traduzida em relatos e documentos. O estudo realizado é de caráter especulativo, e encerra na afirmação do papel do bibliotecário, em uma sociedade de conflitos crescentes, frente a censura realizada por diferentes instâncias sociais aos livros encontrados nas bibliotecas escolares.

SOUZA, Fernanda dos Santos. **Censura na biblioteca escolar:** como a interferência de pais e professores influencia na mediação de leitura. 2018. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/182002>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma pesquisa qualitativa utilizando estudo de caso e visa responder como a influência de pais e professores perante as instituições de ensino privadas podem ocasionar censura no processo de mediação de leitura e no desenvolvimento de coleções, em bibliotecas escolares no município de Porto Alegre. A metodologia de pesquisa qualitativa tem caráter exploratório atendendo à modalidade de estudo de caso e aplica a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, tendo como sujeitos participantes quatro bibliotecárias que atuam em bibliotecas escolares de instituições de ensino particular em Porto Alegre. Analisa, através do referencial teórico, os dados coletados com os sujeitos e conclui que ainda ocorrem situações de censura no contexto da biblioteca escolar partindo de pais e professores. Os resultados obtidos propiciam alcançar os objetivos gerais e específicos propostos pela pesquisa e responder à pergunta de investigação proposta no estudo.